

Edineia Aparecida Gomes Ribeiro
Eliane Mattos Piranda
Filipe Quevedo Pires de Oliveira e Silva
Leonardo Chaves de Carvalho
Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques
Luciana Contrera
Mirella Villa de Araujo Tucunduva da Fonseca

Vida, Cidadania e Sustentabilidade



NÚCLEO DE
FORMAÇÃO CIDADÃ
UFMS



INOVADORA
SUSTENTÁVEL
HUMANA

Edineia Aparecida Gomes Ribeiro
Eliane Mattos Piranda
Filipe Quevedo Pires de Oliveira e Silva
Leonardo Chaves de Carvalho
Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques
Luciana Contrera
Mirella Villa de Araujo Tucunduva da Fonseca

Vida, Cidadania e Sustentabilidade



NÚCLEO DE
FORMAÇÃO CIDADÃ
UFMS



INOVADORA
SUSTENTÁVEL
HUMANA



Sobre o E-book

Este e-book integra a disciplina **Vida, Cidadania e Sustentabilidade**, do Núcleo de Formação Cidadã, uma proposta inovadora da UFMS, construída a partir da escuta da comunidade acadêmica e da sociedade e contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional, em articulação com o Projeto Pedagógico Institucional.

Coordenação Geral

Daiani Damm Tonetto Riedner
Cristiano Costa Argemon Vieira
Vivina Dias Sol Queiroz
Edilson José Zafalon
Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques

Coordenação Pedagógica

Ana Carolina Pontes Costa

Coordenação da Produção de Material Didático

Álvaro José dos Santos Gomes
Mauro dos Santos de Arruda

Equipe Multidisciplinar

Felipe Silva Vedovoto
Lucas Gazarini

Desenho Instrucional

Pedro Salina Rodovalho

Projeto Gráfico e Diagramação

Maira Sônia Camacho

Revisão de Língua Portuguesa

Thaís Helena Corrêa dos Santos de Araújo



Respeitadas as formas de citação formal de autores de acordo com as normas da ABNT NBR 6023 (2018), a não ser que esteja indicado de outra forma, todo material desta apresentação está licenciado sob uma [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Produção Técnica



AGEAD
Agência de Educação
Digital e a Distância





Disciplina

Vida, Cidadania e Sustentabilidade

Carga Horária

30 horas

Autoria

Edineia Aparecida Gomes Ribeiro - [Currículo Lattes](#)

Eliane Mattos Piranda - [Currículo Lattes](#)

Filipe Quevedo Pires de Oliveira e Silva - [Currículo Lattes](#)

Leonardo Chaves de Carvalho - [Currículo Lattes](#)

Lia Raquel Toledo Brambilla Gasques - [Currículo Lattes](#)

Luciana Contrera - [Currículo Lattes](#)

Mirella Villa de Araujo Tucunduva da Fonseca - [Currículo Lattes](#)

Objetivo Geral

Promover a reflexão crítica e integrada sobre trajetórias de vida e construção da identidade, o exercício da cidadania e o desenvolvimento de competências socioemocionais, articulando tais dimensões aos desafios contemporâneos da sustentabilidade e da crise ambiental, com foco em responsabilidade social, protagonismo e inovação responsável, em alinhamento com os ODS.

Objetivos Específicos

- Analisar trajetórias de vida (escolar e profissional) e seus impactos na construção da identidade pessoal e coletiva, fortalecendo o autoconhecimento, o pertencimento social e práticas de cidadania comprometidas com a diversidade, a acessibilidade, a inclusão e o respeito às diferenças.
- Aplicar princípios de cidadania no mundo do trabalho, reconhecendo dimensões de segurança, saúde e meio ambiente, trabalho digno e responsabilidade social, desenvolvendo competências socioemocionais para protagonismo, colaboração, criatividade, empatia e tomada de decisão responsável em contextos pessoais e profissionais.
- Avaliar criticamente a sustentabilidade em suas dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais, relacionando economia, sociedade e meio ambiente, e propor caminhos de ação (especialmente locais) frente à crise ambiental por meio de inovação responsável e de tecnologias sustentáveis, alinhadas à Agenda 2030 e aos ODS.



SUMÁRIO

Módulo 1

8

Vida, Identidade e Cidadania

10

Unidade 1 - Trajetórias de Vida e Construção da Identidade

20

Unidade 2 - Cidadania, Diversidade e Inclusão

Módulo 2

Cidadania, Trabalho e Competências Socioemocionais

35

Unidade 1 - Cidadania no Mundo do Trabalho

37

Unidade 2 - Competências Socioemocionais e Protagonismo Social

46

Módulo 3

Sustentabilidade e Inovação Responsável

58

Unidade 1 - Sustentabilidade e Desenvolvimento

61

Unidade 2 - Responsabilidade Ambiental e Caminhos para o Futuro

77

Conheça o material

Olá, estudante!

Você está iniciando a disciplina **Vida, Cidadania e Sustentabilidade**, que integra uma proposta inovadora da UFMS, construída a partir da escuta da comunidade acadêmica e da sociedade e contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional, em articulação com o Projeto Pedagógico Institucional. Nesse contexto, a UFMS reafirma seu pioneirismo ao inserir, nos Projetos Pedagógicos de Curso, componentes que fortalecem uma formação transversal e cidadã, comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes e com os grandes desafios contemporâneos.



Descrição da imagem: Mãos digitando em um notebook sobre mesa branca com cadernos e canetas. Vista superior.

Fonte: [Magnific](#)

Especificamente, a disciplina foi concebida para promover uma reflexão crítica e integrada sobre trajetórias de vida, construção da identidade, exercício da cidadania e desenvolvimento de competências socioemocionais. Trata-se de um componente que amplia a formação universitária ao articular dimensões pessoais, sociais e acadêmicas com temas urgentes do presente, como sustentabilidade, crise ambiental, responsabilidade social, protagonismo e inovação responsável, em sintonia com os ODS.

Ao abordar essas dimensões de modo articulado, a disciplina contribui para formar estudantes mais conscientes de si, do outro e do mundo em que vivem, fortalecendo capacidades de participação social, leitura crítica da realidade e compromisso ético com a transformação social. Mais do que um espaço de estudo sobre sustentabilidade, o componente se apresenta como um percurso formativo voltado à construção de sujeitos capazes de atuar com sensibilidade, responsabilidade e compromisso cidadão diante dos desafios sociais e ambientais do nosso tempo.

Como a disciplina está organizada

A disciplina está estruturada em três módulos complementares.

No **Módulo 1 – Vida, Identidade e Cidadania**, você será convidado(a) a refletir sobre a construção identitária pessoal e coletiva a partir das trajetórias de vida dentro e fora da universidade. O foco está no fortalecimento do autoconhecimento, do pertencimento social e de práticas de cidadania comprometidas com a diversidade,



a acessibilidade, a inclusão e o respeito às diferenças.

No **Módulo 2 – Cidadania, Trabalho e Competências Socioemocionais**, a cidadania é articulada ao mundo do trabalho, considerando temas como segurança, saúde, trabalho digno e responsabilidade social. Nesse percurso, ganham destaque o desenvolvimento de competências socioemocionais e o exercício da colaboração, da criatividade, da empatia e da tomada de decisões responsáveis.

No **Módulo 3 – Sustentabilidade e Inovação Responsável**, o debate se amplia para a análise crítica da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social, econômica e cultural. O módulo propõe refletir sobre a crise ambiental, a responsabilidade coletiva e a construção de caminhos para o futuro por meio da inovação responsável e de tecnologias sustentáveis, em diálogo com a Agenda 2030 e os ODS.

Como estudar este material

Ao longo da disciplina, você encontrará textos explicativos, perguntas para reflexão, atividades de observação e análise e propostas de aplicação no cotidiano.

Para aproveitar melhor o percurso, procure:

- relacionar o conteúdo com sua experiência pessoal, acadêmica e social;
- reservar tempo para refletir com sinceridade sobre as questões propostas;
- realizar as atividades com atenção e compromisso;
- retomar os conceitos sempre que necessário para aplicá-los na prática.

Um convite para começar

Protagonismo requer atitude. Ao longo deste material, o convite é para que você observe sua trajetória, mas também aquilo que está à sua volta no cotidiano da universidade e da vida em sociedade. Permita-se questionar, analisar, posicionar-se e agir de forma responsável diante dos desafios contemporâneos.

Vamos começar?

Módulo 1

Vida, Identidade e Cidadania





Apresentação

Neste **Módulo 1 - Vida, Identidade e Cidadania**, o ponto de partida será a sua própria trajetória. Ao ingressar na universidade, cada estudante traz consigo histórias, experiências, valores, expectativas, desafios e pertencimentos que influenciam sua forma de aprender, conviver, fazer escolhas e projetar o futuro.

A proposta deste módulo é refletir sobre como a identidade é construída ao longo da vida, em diálogo com a história pessoal, as relações sociais, a cultura, o território, a família, o trabalho e o ambiente universitário. Essa construção não acontece de forma isolada: ela se transforma no encontro com outras pessoas, com diferentes modos de vida e com novas possibilidades de participação social.

Ao longo do percurso, você será convidado(a) a pensar sobre o ingresso no ensino superior como uma etapa de transição, autonomia e construção de projeto de vida. Também discutiremos como a universidade pode ser compreendida como espaço de pertencimento, diversidade, inclusão e exercício da cidadania.

Este módulo está organizado em duas unidades, que abordam diferentes dimensões dessas reflexões.

Unidade 1 – Trajetórias de Vida e Construção da Identidade abordará como experiências individuais e coletivas participam da formação da identidade, destacando temas como autoconhecimento, pertencimento, projeto de vida, adaptação ao ensino superior e trajetória acadêmica.

Unidade 2 – Cidadania, Diversidade e Inclusão discutirá a cidadania no contexto universitário, com atenção à diversidade, à justiça social, à acessibilidade, às políticas institucionais de apoio e às práticas de inclusão que fortalecem a participação de todos na vida acadêmica.

Ao final deste módulo, espera-se que você reconheça sua trajetória como parte importante de sua formação e compreenda que identidade e cidadania são dimensões vividas no cotidiano: nas escolhas que fazemos, nas relações que construímos, nos apoios que buscamos e nas formas como contribuimos para uma universidade mais justa, plural e acolhedora. Vamos lá?



Descrição da imagem: Mulher jovem com cabelos escuros e cacheados, em uma biblioteca. Ela apoia o queixo na mão, pensativa, usando blusa amarela.

Fonte: [Magnific](#)



Unidade 1

Trajetórias de Vida e Construção da Identidade

O ingresso na universidade representa, simultaneamente, a concretização de um projeto pessoal e familiar e a ruptura com as dinâmicas próprias do ensino médio. Trata-se de um momento de inflexão na trajetória do estudante, marcado por intensas transformações individuais, sociais e cognitivas. Nesse contexto, o ambiente universitário se configura como um espaço plural, no qual a convivência com a diversidade — cultural, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica — amplia horizontes e promove o desenvolvimento de uma consciência crítica e cidadã.

A universidade, enquanto instituição formadora, ultrapassa a dimensão técnico-profissional, assumindo papel central na construção da autonomia intelectual e na consolidação de um projeto de vida autoral. Nesse processo, o estudante é convidado a integrar suas experiências prévias, seus valores pessoais e suas expectativas futuras, transformando o percurso acadêmico em um espaço de construção identitária e profissional.

1.1.1 Transição do Ensino Médio para o Ensino Superior

A transição do ensino médio para o ensino superior constitui um dos momentos mais desafiadores da trajetória educacional. No ensino médio, o processo de aprendizagem tende a ser mais estruturado, com maior acompanhamento docente, rotinas previamente definidas e mecanismos frequentes de controle e avaliação.

No ensino superior, por sua vez, observa-se uma mudança significativa de paradigma. O estudante passa a ocupar uma posição ativa e



Descrição da imagem: Mulher jovem com cabelos escuros e cacheados, em uma biblioteca. Ela apoia o queixo na mão, pensativa, usando blusa amarela.

Fonte: [Magnific](#)



Descrição da imagem: Jovem sorridente com cabelo crespo e mochila, segurando um livro floral. Ao fundo, um cenário externo levemente desfocado.

Fonte: [Magnific](#)



autônoma, sendo responsável pela organização de seus estudos, pela gestão do tempo e pelo próprio engajamento acadêmico. A presença em sala de aula, a realização das leituras, a participação nas atividades e o cumprimento de prazos deixam de ser conduzidos exclusivamente por mecanismos externos e passam a depender da responsabilidade individual (Freire, 2002).

Essa mudança pode gerar, inicialmente, uma sensação de liberdade, mas também impõe desafios importantes relacionados à disciplina, à organização e à tomada de decisões. Exemplos práticos da realidade universitária:

Ensino Médio		Ensino Superior
Presença controlada e obrigatória	Frequência	Maior flexibilidade em relação à presença em aula. No entanto, a ausência frequente impacta diretamente na aprendizagem e no desempenho acadêmico.
Memorização, exercícios e listas.	Estudo	As disciplinas podem exigir a leitura de textos científicos extensos (artigos, capítulos de livros) que não são integralmente explicados em sala, demandando estudo prévio e contínuo.
Provas frequentes e avaliações mais diretas.	Avaliação	Provas podem ser substituídas ou complementadas por seminários, resenhas, projetos e relatórios, exigindo maior capacidade de análise crítica.
Cobrança e supervisão direta do professor.	Prazos	Trabalhos com datas previamente estabelecidas que exigem planejamento, uma vez que não há acompanhamento constante para lembrar o estudante.
Família e escola responsáveis pela matrícula, comunicação etc.	Responsabilidade	Plataformas acadêmicas (como sistemas de matrícula, ambiente virtual de aprendizagem e e-mail institucional) passam a ser responsabilidade do estudante.
Relação próxima do professor com o estudante.	Relação com docente	É do estudante a iniciativa de buscar o professor para esclarecimento de dúvidas, orientação acadêmica e acompanhamento de atividades.



A lógica do ensino superior evidencia uma dimensão central da formação universitária: o **desenvolvimento da autonomia**. Nesse contexto, o estudante permanece em sala de aula, estuda e se dedica na medida em que reconhece a importância dessas ações para sua formação. Em outras palavras, o sucesso acadêmico deixa de ser conduzido predominantemente por fatores externos e passa a depender, fundamentalmente, da responsabilidade individual.

A autonomia, entretanto, não deve ser compreendida como isolamento. Pelo contrário, trata-se de um processo que envolve a capacidade de buscar apoio, estabelecer redes de colaboração e utilizar os recursos institucionais disponíveis.

Exemplos de práticas que favorecem o sucesso acadêmico:

PRÁTICA	COMO APLICAR	BENEFÍCIOS
1. Organização semanal de estudos	<ul style="list-style-type: none">• Defina horários fixos na semana para leitura, revisão e elaboração de trabalhos.• Use uma agenda ou planner para planejar suas atividades.• Priorize as disciplinas com mais demandas.	<ul style="list-style-type: none">• Maior produtividade e foco.• Redução do estresse e da procrastinação.• Melhor compreensão e retenção do conteúdo.
2. Participação em grupos de estudo	<ul style="list-style-type: none">• Participe de grupos presenciais ou online.• Compartilhe dúvidas, materiais e resumos.• Explique o conteúdo aos colegas.	<ul style="list-style-type: none">• Aprendizado coletivo e colaborativo.• Troca de experiências e diferentes pontos de vista.• Maior motivação para estudar.
3. Busca ativa por orientação	<ul style="list-style-type: none">• Consulte os horários de atendimento dos professores.• Leve suas dúvidas e participe das orientações.• Peça feedbacks sobre trabalhos e atividades.	<ul style="list-style-type: none">• Esclarecimento de dúvidas e melhor desempenho.• Aproximação com os professores.• Desenvolvimento acadêmico contínuo.



Descrição da imagem: Jovem de cabelo curto olha para trás em uma sala de aula. Ao fundo, colegas e um quadro verde.

Fonte: [Magnific](#)



4. Aproveitamento de programas institucionais	<ul style="list-style-type: none">• Participe de monitorias, iniciação científica, extensão, projetos culturais e esportivos.• Fique atento aos editais e oportunidades da UFMS.• Envolver-se nas atividades que mais te interessam.	<ul style="list-style-type: none">• Ampliação de conhecimentos e experiências.• Desenvolvimento de habilidades e competências.• Networking e enriquecimento do currículo.
5. Uso consciente do tempo	<ul style="list-style-type: none">• Equilibre estudos, atividades pessoais e lazer.• Evite multitarefas e distrações excessivas.• Reserve tempo para descansar e cuidar da saúde.	<ul style="list-style-type: none">• Mais qualidade de vida e bem-estar.• Melhor concentração e rendimento acadêmico.• Prevenção do esgotamento físico e mental.
6. Pontualidade: uma qualidade para a vida	<ul style="list-style-type: none">• Chegue no horário às aulas, reuniões e compromissos.• Respeite o tempo dos outros e o seu próprio.• Crie o hábito da pontualidade diariamente.	<ul style="list-style-type: none">• Demonstra responsabilidade e profissionalismo.• Fortalece a confiança e a credibilidade.• Qualidade essencial para a vida pessoal e profissional.

As **diferenças geracionais** também desempenham papel relevante na adaptação ao ensino superior. Estudantes ingressantes, frequentemente inseridos em contextos digitais e dinâmicos, apresentam novas formas de aprender, interagir e se relacionar com o conhecimento. Esse cenário exige uma adaptação constante tanto por parte dos estudantes quanto das instituições, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas, dialógicas e alinhadas às transformações sociais contemporâneas.

Nesse sentido, iniciativas como a UNAPI - Universidade da Pessoa Idosa, ganham destaque ao promover a integração entre diferentes gerações dentro da universidade. Ao incluir pessoas idosas em atividades acadêmicas, culturais e extensionistas, a UNAPI amplia o conceito de educação ao longo da vida e fortalece o diálogo intergeracional, permitindo trocas de experiências que enriquecem tanto os estudantes mais jovens quanto os participantes mais experientes. Essa convivência contribui para a construção de uma cultura universitária mais plural, empática e socialmente comprometida.



Descrição da imagem: Uma mulher jovem ajuda homem idoso a usar um notebook em uma biblioteca.

Fonte: [Magnific](#)



Ao mesmo tempo, o ambiente universitário promove o encontro entre diferentes gerações, experiências e perspectivas, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, capazes de dialogar com a complexidade do mundo atual.

1.1.2 Universidade como Espaço de Formação Integral

Compreender a universidade como um espaço de autonomia não significa ignorar suas dificuldades, mas reconhecê-las como parte constitutiva do processo formativo. A transição para o ensino superior, embora desafiadora, representa uma oportunidade singular de crescimento pessoal, intelectual e social.

Nesse sentido, o estudante deixa de ser apenas conduzido e passa a assumir o papel de protagonista de sua trajetória, construindo, ao longo do percurso acadêmico, não apenas uma formação profissional, mas também um projeto de vida comprometido com a ética, a responsabilidade e a transformação social.



Descrição da imagem: Homem jovem sorri, usa óculos redondos e tem cabelo crespo volumoso. Veste camisa polo amarela e carrega uma mochila.

Fonte: [Magnific](#)

Identidade pessoal

Quem sou eu?



Identidade coletiva

Com quem eu me identifico?

A compreensão de identidade pessoal e de identidade coletiva auxilia no processo de autoconhecimento, resiliência emocional e força para os desafios diários.

Se no início do século XX, Erik Erikson (1902–1994), psicanalista de origem alemã, define identidade como “senso interior de igualdade e continuidade”, os estudos de Stuart Hall (1932-2006) apresentam a identidade do sujeito pós-moderno de forma “fragmentada, descentrada, múltipla e mutável”. Adicionalmente, Zygmunt Bauman (1925-2017) argumenta que as estruturas sólidas do passado (emprego vitalício, família nuclear estável, comunidades fixas) foram substituídas por relações transitórias e identidades fluidas, mutáveis, construídas por escolhas de consumo e estilos de vida (Moraes, 2009).



Saiba mais!

Para saber mais, leia o artigo “Identidade do adolescente na contemporaneidade: contribuições da escola” de Luciene Aparecida Souza Silva Moraes.

[Leia aqui!](#)



Neste contexto, a **identidade passa a ser construída continuamente**, processo que gera liberdade, mas também o desafio de integrar experiências passadas, valores pessoais e expectativas sociais com um senso coerente de si mesmo, projetando-se para o futuro com maior independência.

Sob essa perspectiva, a universidade é um espaço singular e privilegiado, onde o indivíduo pode experimentar identidades, papéis sociais e trajetórias possíveis e responsáveis. Trata-se de um ambiente rico em possibilidades de exploração/experimentação, mas também tensionado por pressões concretas: a busca acelerada pela realização profissional, as incertezas do mercado de trabalho; incertezas econômicas e o encontro com múltiplas perspectivas culturais, raciais, de gênero e de classe social.

Nesse processo de autoconhecimento, a trajetória de vida organiza eventos passados, experiências presentes e expectativas futuras, de acordo com as escolhas conscientes do estudante (Danza; Silva, 2022).

Você já pensou em seu projeto de vida?

Diversas ferramentas reflexivas auxiliam no processo de autoconhecimento para a elaboração de um projeto de vida consistente. A elaboração de um diário, o exercício de reflexão sobre a roda da vida ou linha do tempo pessoal (mapa de trajetória) auxiliam na identificação de forças, fraquezas, valores e aspirações.

Que tal avançarmos em nossa trajetória individual com a **análise SWOT?**

A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) consiste em uma ferramenta simples para planejamento estratégico e autoconhecimento, permitindo a avaliação de forma estruturada dos aspectos positivos e negativos para uma situação. O acrônimo em português é conhecido como “análise FOFA”.

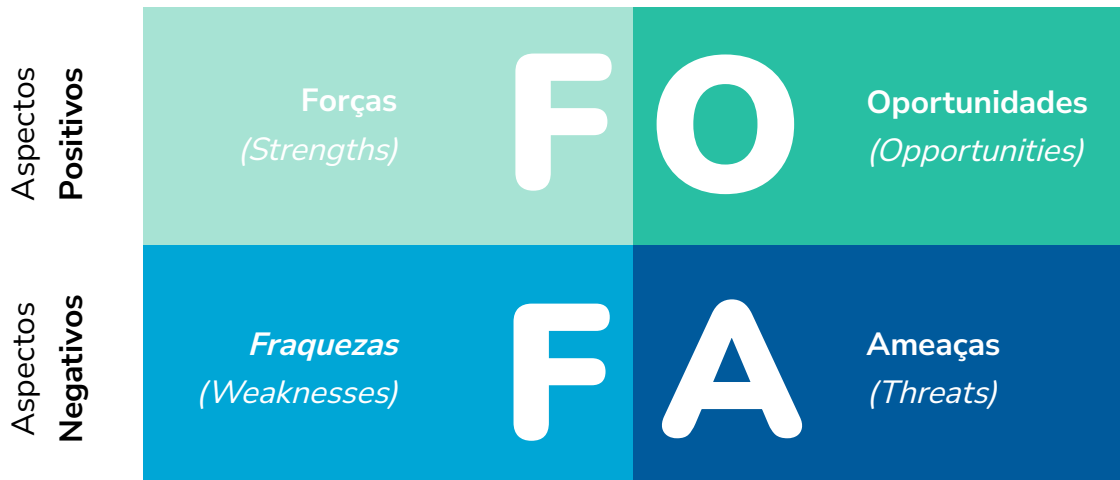


Descrição da imagem: Mulher sorridente, de cabelos cacheados, segura um livro em uma biblioteca com estantes repletas de livros ao fundo.

Fonte: [Magnific](#)



Fatores Internos	Fatores Externos
(controláveis, isto é, dependem de mim)	(não controláveis diretamente, dependentes do ambiente)



Passo a passo da análise FOFA:

1. **Definição do objeto da análise de forma clara e objetiva.** Exemplos: “Meu projeto de vida na universidade”; “Minha trajetória acadêmica atual”.
2. **Reflexão individual ou em grupo (Brainstorm).** “A partir da minha identidade coletiva, posso ouvir de meus pares como lidar com esta situação...”.
3. **Preenchimento da matriz FOFA de forma sincera e baseada em evidências** (fatos reais, observações, experiências prévias).
4. **Priorização dos itens.**
5. **Criação de estratégias em forma de ação.** Quem sou? De onde vim? Para onde vou? Meu comportamento? Minha responsabilidade com a universidade e com a sociedade na qual estou inserido(a)?

A partir do autoconhecimento reflexivo, torna-se possível posicionar-se de maneira socialmente consciente e alinhada aos próprios objetivos, considerando autocuidado e o gerenciamento do tempo. Ao identificar e aceitar as próprias fragilidades, é possível adotar **ações proativas**, como buscar apoio em políticas públicas de inclusão, programas acadêmicos de suporte (monitorias, bolsas, atendimento psicológico) e coletivos estudantis que promovem solidariedade e defesa de direitos (Ferreira, 2020).



E principalmente, ao reconhecer seu potencial e competências, integrar-se de forma ativa à comunidade universitária, participando de grupos de pesquisa, iniciativas de inovação, atividades culturais e esportivas, além de ajudar colegas na parte acadêmica e social.

Essa construção reflexiva fortalece não apenas o desenvolvimento pessoal, mas também o exercício de uma cidadania universitária responsável e inclusiva, contribuindo para um pertencimento mais sólido e transformador no ambiente acadêmico.



Descrição da imagem: Cinco jovens sentados na grama de uma universidade estudam juntos com notebook e cadernos.

Fonte: [Magnific](#)

Agora que você conhece a análise FOFA, veja como estudantes com trajetórias diferentes podem identificar suas **Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças**. Perceba que o que parece um desafio no cotidiano pode ser transformado em uma vantagem estratégica.

Exemplo 1: O Estudante-Trabalhador

- **Força:** “Minha experiência profissional me deu disciplina e gestão de tempo. Já sei lidar com prazos e hierarquia.”
- **Fraqueza:** “Tenho pouco tempo disponível para estudar fora da sala de aula e, às vezes, chego cansado para acompanhar conteúdos mais complexos.”
- **Oportunidade:** “Posso utilizar minha experiência prática para me destacar em projetos de extensão, estágios ou empresas juniores.”
- **Ameaça:** “Excesso de carga de trabalho pode comprometer meu rendimento acadêmico ou levar ao desgaste físico e emocional.”

Estratégia:

Organizar uma rotina de estudos realista, priorizar atividades essenciais e buscar apoio acadêmico quando necessário.

Exemplo 2: O Estudante 60+ (Reinvenção)

- **Força:** “Tenho experiência de vida, maturidade emocional e compromisso com os estudos.”



- **Fraqueza:** “Tenho dificuldade com ferramentas digitais e com o ritmo acelerado das plataformas acadêmicas.”
- **Oportunidade:** “A universidade oferece suporte em acessibilidade digital e a convivência com colegas mais jovens pode favorecer trocas de aprendizado.”
- **Ameaça:** “Ambientes muito tecnológicos ou dinâmicos podem gerar insegurança ou sensação de não pertencimento.”

Estratégia:

Buscar capacitações em tecnologia, utilizar os serviços institucionais de apoio e construir redes de colaboração com colegas.

Exemplo 3: O Pioneiro (Primeira geração na família)

- **Força:** “Sou resiliente, determinado(a) e valorizo muito essa oportunidade de estar na universidade.”
- **Fraqueza:** “Tenho pouco conhecimento sobre como funciona a universidade e seus processos acadêmicos.”
- **Oportunidade:** “Posso acessar auxílios de permanência, bolsas e programas de apoio estudantil oferecidos pela universidade.”
- **Ameaça:** “Pressão financeira e falta de orientação familiar podem dificultar minha permanência e adaptação.”

Estratégia:

Buscar informações ativamente, participar de programas institucionais e construir uma rede de apoio dentro da universidade.

Perceba que, em todos os exemplos, o autoconhecimento permite transformar desafios em estratégias. A matriz FOFA não serve apenas para identificar dificuldades, mas para orientar decisões mais conscientes e fortalecer seu protagonismo na trajetória acadêmica. Agora é o momento de colocar esse conhecimento **em prática!** Não deixe a matriz FOFA apenas nesta leitura. Leia as perguntas e reflita sobre seu projeto de vida acadêmico:

1. Forças

Olhe para sua trajetória profissional ou pessoal antes da UFMS: Que **experiências anteriores** lhe deram repertório, maturidade ou resiliência para enfrentar os desa-



fios das disciplinas? Quais são suas **habilidades**, **talentos** ou **características** que te ajudam no processo de aprendizagem?

2. Fraquezas

Agora, com honestidade, reflita: Quais são suas **maiores dificuldades** no contexto universitário? Pode ser organização do tempo, dificuldade com leitura, insegurança, adaptação ou uso de tecnologias. Lembre-se: reconhecer uma fraqueza é o primeiro passo para superá-la.

3. Oportunidades

Identifique um **suporte da UFMS** que você ainda não utiliza: Pode ser um auxílio permanência, uma bolsa, um grupo de pesquisa, projetos de extensão, monitoria ou coletivos estudantis. O ambiente universitário oferece diversas possibilidades — aproveitá-las faz parte do seu protagonismo.

4. Ameaças

Pense nos **fatores externos** que podem dificultar sua trajetória: Exemplos: dificuldades financeiras, falta de tempo, necessidade de trabalhar, distância, responsabilidades familiares ou desafios emocionais. Reconhecer esses fatores ajuda você a se preparar e buscar estratégias para enfrentá-los.

Ao identificar suas forças, fragilidades, oportunidades e ameaças, você dá um passo importante no processo de autoconhecimento. No entanto, reconhecer esses elementos é apenas o começo: o desafio seguinte é transformar essa percepção em escolhas, atitudes e estratégias para seguir sua trajetória acadêmica com mais consciência.

Esse movimento exige competências que ajudam a lidar com desafios, organizar decisões, persistir diante das dificuldades, conviver com diferentes pessoas e buscar apoio quando necessário. Essas competências, chamadas de **competências socioemocionais**, serão aprofundadas no Módulo 2, quando discutiremos sua relação com a vida acadêmica, o mundo do trabalho e o protagonismo social.

Por ora, é importante compreender que construir uma trajetória universitária não depende apenas de esforço individual. O autoconhecimento, a autonomia e a responsabilidade se fortalecem quando caminham junto com redes de apoio, políticas institucionais de permanência, convivência respeitosa e participação ativa na comunidade universitária.



Unidade 2

Cidadania, Diversidade e Inclusão

Na unidade anterior, exploramos como as trajetórias de vida e a construção da identidade são fundamentais para o desenvolvimento de um projeto de vida autônomo. A partir das contribuições de autores como Stuart Hall e Zygmunt Bauman, compreendemos que, na contemporaneidade, as identidades são múltiplas, dinâmicas e em constante transformação.

Partindo dessa compreensão, é importante avançar: a construção da identidade não ocorre de forma isolada, mas em interação com o meio social e institucional. Nesse sentido, a universidade se configura não apenas como espaço de formação acadêmica, mas como ambiente de convivência, reconhecimento e construção de pertencimento. Diante disso, emerge uma questão central para esta unidade: quem se sente, de fato, pertencente à universidade?

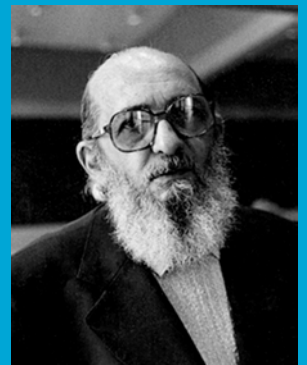
Refletir sobre pertencimento nos leva diretamente aos conceitos de cidadania, diversidade e inclusão. Uma universidade pública cumpre plenamente seu papel social quando todos os estudantes têm condições reais de participar da vida acadêmica, desenvolver suas potencialidades e reconhecer-se como parte da instituição.

O educador **Paulo Freire** destaca que a educação deve ser compreendida como uma prática de liberdade, baseada no reconhecimento do outro como sujeito de direitos e produtor de conhecimento (Freire, 2023). Isso significa que o ambiente educativo deve promover diálogo, respeito às diferenças e participação ativa de todos. Nesse sentido, pensar a universidade implica compreender que ela não é apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas também um ambiente de formação cidadã e de construção coletiva do conhecimento.



Descrição da imagem: Sete estudantes diversos sorriem juntos ao redor de uma mesa.

Fonte: [Magnific](#)



Fonte: [Wikimedia](#)

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) foi um educador e filósofo brasileiro. É um pensador notável para a história da pedagogia mundial, sobretudo por sua influência no movimento denominado “pedagogia crítica”. Destaca-se, também, por ser considerado o Patrono da Educação Brasileira.



Para refletir!



- Quantos autores negros, indígenas ou pesquisadores com deficiência você encontrou nas leituras das suas disciplinas?
- A diversidade aparece na sua formação como um tema central ou apenas como assunto complementar?
- Você se sente representado nos conteúdos que estuda?

Essas perguntas ajudam a perceber que a diversidade não está apenas nas pessoas que frequentam a universidade, mas também nos conhecimentos que são produzidos e compartilhados dentro dela.

1.2.1 Educação pública, cidadania e compromisso social

Muitas vezes, associamos o termo “cidadania” apenas ao dever cívico de votar. No entanto, em uma sociedade democrática, a cidadania representa a possibilidade concreta de existir, participar e ser reconhecida em sua singularidade. O sociólogo T. H. Marshall explica que a cidadania é formada por três dimensões fundamentais (Marshall, 1967).

- **Direitos civis**

Relacionados à liberdade individual e à igualdade perante a lei.

- **Direitos políticos**

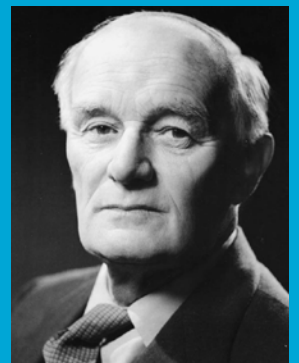
Garantia de participação nas decisões coletivas.

- **Direitos sociais**

Assegurar o acesso a condições dignas de vida, como educação, saúde e bem-estar.

A educação pública constitui um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. No Brasil, ela se fundamenta nos princípios da gratuidade, da universalidade, da equidade e da qualidade social, sendo reconhecida pela Constituição Federal de 1988 como direito de todos e dever do Estado.

Mais do que a oferta de um serviço, a educação pública representa um projeto coletivo de sociedade. Ao possibilitar o acesso ao conhecimento científico, cultural e



Fonte: LSE Library

Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) foi um sociólogo britânico que sustentou a tese de que a cidadania plena só é alcançada através do desenvolvimento dos direitos civis, políticos e sociais, combatendo as desigualdades de classe.



tecnológico, independentemente da origem socioeconômica dos sujeitos, ela contribui para a redução das desigualdades, para a mobilidade social, para o desenvolvimento humano e para o fortalecimento da cidadania.

No ensino superior, **instituições públicas** como a UFMS materializam esse compromisso ao articular ensino, pesquisa e extensão. Essa integração permite que o conhecimento produzido na universidade dialogue com os desafios concretos da sociedade, contribuindo para o avanço científico, para a formação profissional e para o atendimento de demandas sociais, culturais, ambientais e econômicas.

Ensino Público		Ensino Gratuito
É o ensino oferecido pelo Estado, com recursos públicos, para garantir o direito à educação para todos.	O que é?	Maior flexibilidade em relação à presença em aula. No entanto, a ausência frequente impacta diretamente na aprendizagem e no desempenho acadêmico.
Órgãos públicos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	Quem oferece?	Pode ser oferecido por instituições públicas ou privadas (ONGs, fundações, associações, empresas etc.).
Com recursos arrecadados por meio de impostos pagos por toda a sociedade.	Como é financiado?	Pode usar recursos públicos, privados, doações, parcerias ou trabalho voluntário. Nem sempre vem do Estado.
Cobrança e supervisão direta do professor.	Qual o objetivo?	Pode ter diferentes objetivos: sociais, comunitários, religiosos, assistenciais, empresariais etc.
<ul style="list-style-type: none">• Universidades Federais (ex.: UFMS)• Institutos Federais• Escolas e Universidades Estaduais• Escolas Municipais	Exemplos	<ul style="list-style-type: none">• Escolas comunitárias ou filantrópicas• Cursos gratuitos de ONGs• Projetos sociais e cursos livres• Bolsas de estudo integrais em instituições privadas
Aberto a todos, sem distinção, por meio de processos seletivos ou matrícula conforme a rede.	Para que é?	Pode ser para públicos específicos ou grupos atendidos por projetos e critérios próprios.
Gratuidade, igualdade de acesso, gestão pública, laicidade e controle social.	Princípios	Gratuidade do serviço, mas com gestão que pode ser privada ou comunitária, sem caráter estatal obrigatório.



Estudar em uma instituição pública é, portanto, exercer um direito social. Ao mesmo tempo, essa experiência convida o estudante a reconhecer sua corresponsabilidade na valorização do espaço público e na construção de uma atuação ética, qualificada e socialmente comprometida. Essa responsabilidade pode se expressar no cuidado com os espaços coletivos, na participação em ações de ensino, pesquisa e extensão, no respeito à diversidade e na produção de conhecimentos que contribuam para a transformação social.

As **ações extensionistas** reforçam essa função social da universidade, pois aproximam o conhecimento acadêmico das necessidades da comunidade. Por meio delas, a formação universitária deixa de estar restrita à sala de aula e passa a se realizar também no diálogo com diferentes territórios, grupos sociais e problemas reais.

Sob uma perspectiva crítica, como propõe Paulo Freire, a educação não deve se limitar à transmissão de conteúdos. Ela deve contribuir para formar sujeitos capazes de compreender, questionar e transformar a realidade. Assim, o estudante da universidade pública não é apenas receptor de conhecimento, mas participante ativo de um processo formativo que pode gerar impacto social concreto.

Desse modo, a educação pública democratiza o acesso ao saber, promove equidade e fortalece a formação de cidadãos críticos. O estudante, por sua vez, é convidado a transformar o conhecimento adquirido em participação social, compromisso ético e contribuição para uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Para que esse compromisso se concretize, não basta garantir o ingresso formal na universidade. É necessário criar condições reais de permanência, participação e reconhecimento das diferentes trajetórias estudantis. É nesse ponto que a discussão sobre justiça social se torna fundamental.

A filósofa Nancy Fraser propõe que a justiça social depende da articulação de três dimensões complementares (Fraser, 2007)

1. Redistribuição

Relacionada ao acesso a recursos materiais e oportunidades.



Descrição da imagem: Jovem sorridente em cadeira de rodas segura um livro em uma biblioteca.

Fonte: [Magnific](#)



2. Reconhecimento

Envolve a valorização das identidades e diferenças culturais.

3. Representação

Garante a participação política e institucional.

No ambiente universitário, essas dimensões aparecem em diferentes políticas institucionais. A assistência estudantil atua na redistribuição de recursos; as políticas de diversidade promovem reconhecimento; e a participação em conselhos e instâncias acadêmicas fortalece a representação.



Conceito-chave

Justiça social

A justiça social não significa tratar todas as pessoas exatamente da mesma forma. Significa criar condições para que todos tenham oportunidades reais de participação, considerando as diferentes realidades sociais.

1.2.2 O Marco Institucional: PIAAC e UFMS Diversa

Na UFMS, esses conceitos teóricos são materializados pela Política de Inclusão, Ações Afirmativas e Cidadania (PIAAC), que estabelece a transição fundamental da “adaptação individual” para a “responsabilidade institucional”.

Um dos principais instrumentos dessa política é o Programa UFMS Diversa (2025-2027), que representa o compromisso ético da universidade com o sucesso acadêmico de grupos historicamente minorizados. Explore alguns pontos-chave do programa:

- Equidade nas trajetórias

Garantia de ingresso, permanência e conclusão do curso.

- Produção de saberes plurais

Incentivo à visibilidade de conhecimentos indígenas, quilombolas e tradicionais no ensino e na pesquisa.

- Ambientes seguros

Diretrizes de tolerância zero contra qualquer forma de assédio, preconceito ou discriminação.



1.2.3 Diversidade e a lente da Interseccionalidade

A diversidade é uma característica central das sociedades contemporâneas. No ambiente universitário, ela se manifesta por meio da **presença** de pessoas com diferentes origens sociais, culturais e identitárias. Essa **diversidade** inclui:

- Pluralidade cultural e regional.
- Diversidade racial e étnica.
- Diversidade de gênero.
- Presença de pessoas com deficiência.
- Diferentes trajetórias socioeconômicas.

Durante muito tempo, alguns desses grupos tiveram acesso limitado à educação superior. Por isso, políticas de inclusão e ações afirmativas tornaram-se instrumentos importantes para ampliar o acesso e a permanência na universidade.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos argumenta que a construção de uma sociedade mais justa depende do reconhecimento de diferentes formas de produzir conhecimento (Santos, 2003). Para o autor, saberes tradicionais, indígenas, quilombolas e populares também são fontes legítimas de aprendizagem e reflexão.

Assim, a diversidade não representa um obstáculo para a universidade. Ao contrário, ela enriquece o ambiente acadêmico e amplia as possibilidades de produção de conhecimento.



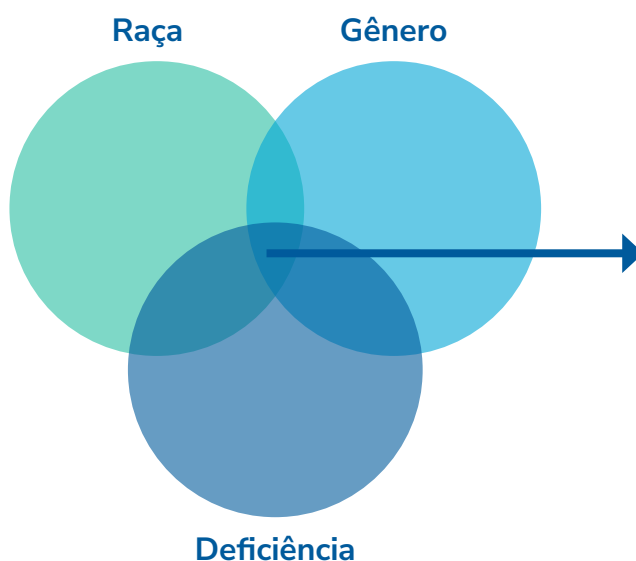
Descrição da imagem: Mosaico com cinco imagens representando a diversidade da comunidade acadêmica. Aparecem uma estudante indígena com adornos tradicionais, um estudante negro utilizando notebook, uma estudante idosa sorrindo com livros nas mãos, um estudante cadeirante conversando com colegas e uma estudante segurando a bandeira LGBTQIAPN+.



As desigualdades sociais raramente acontecem de forma isolada. Muitas vezes, diferentes fatores se combinam na experiência de uma mesma pessoa. O conceito de **interseccionalidade**, desenvolvido pela jurista Kimberlé Crenshaw, explica como diferentes formas de opressão — como racismo, machismo, capacitismo e desigualdade econômica — podem se sobrepor (Crenshaw, 1989).

Na educação, isso pode ser observado quando uma estudante negra com deficiência física, por exemplo, enfrenta barreiras que não se limitam a uma única dimensão. Sua experiência pode ser marcada simultaneamente por desigualdades de raça, gênero e deficiência, além de desafios socioeconômicos. Reconhecer essas múltiplas dimensões é fundamental para construir políticas educacionais mais inclusivas.

As sobreposições entre diferentes marcadores sociais podem ser visualizadas na figura a seguir, que articula raça, gênero e deficiência na experiência de uma mes-



Uma mulher negra com deficiência enfrenta barreiras estruturais diferentes de um homem branco com deficiência. Nenhuma política pública pode deixar essas sobreposições para trás.

Exemplo prático!

No contexto escolar, pense em uma estudante negra com deficiência física. Nesse caso, as barreiras enfrentadas não se limitam à acessibilidade arquitetônica. Elas também podem envolver práticas pedagógicas pouco inclusivas, materiais inadequados e preconceitos relacionados ao racismo e ao sexismo. Considerar apenas uma dessas dimensões é insuficiente para promover a cidadania plena.





ma pessoa.

1.2.4 Acessibilidade Universal e os 5 Eixos Estratégicos

O Plano de Acessibilidade 2025-2027 da UFMS reafirma que a inclusão é um direito e uma responsabilidade coletiva de remover barreiras. Ele é estruturado em cinco eixos:

Eixo 1 – Inclusão, permanência e sucesso acadêmico

Foca na garantia de acesso, acompanhamento e condições adequadas para que estudantes com deficiência ingressem, permaneçam e concluam seus cursos com sucesso. Inclui ações de apoio pedagógico, atendimento psicoeducacional, tecnologias assistivas, intérpretes de Libras e políticas institucionais de acompanhamento acadêmico.

Eixo 2 – Manutenção e ampliação da infraestrutura acessível

Trata da adaptação e qualificação dos espaços físicos da universidade para eliminar barreiras arquitetônicas e garantir mobilidade e autonomia. Envolve obras, reformas e manutenção de rampas, pisos táteis, elevadores, banheiros adaptados, sinalização acessível e rotas acessíveis nos diferentes câmpus.

Eixo 3 – Ensino, pesquisa, extensão e inovação com foco na inclusão

Busca integrar o tema da acessibilidade e inclusão às atividades acadêmicas da universidade. Inclui disciplinas, projetos de pesquisa, ações de extensão, cursos de formação e iniciativas de inovação voltadas à promoção da educação inclusiva e à produção de conhecimento sobre o tema.

Eixo 4 – Acessibilidade linguística, comunicacional, informacional e digital

Promove o acesso à comunicação e à informação por meio de recursos como Libras, tecnologias assistivas, materiais acessíveis e plataformas digitais inclusivas. Também envolve a adaptação de conteúdos acadêmicos e institucionais para diferentes formatos, línguas e necessidades.

Eixo 5 – Gestão de pessoas e cultura institucional inclusiva

Tem como objetivo fortalecer uma cultura organizacional baseada na inclusão, no respeito à diversidade e na eliminação de barreiras atitudinais. Inclui ações de capacitação de servidores, sensibilização da comunidade acadêmica e aprimoramento das políticas institucionais voltadas à acessibilidade.

Observe que a acessibilidade na UFMS não é apenas sobre a construção de rampas; ela invade a sala de aula e os sistemas digitais que você está utilizando agora.



Ela deixou de ser uma “adaptação para o outro” para tornar-se uma **responsabilidade institucional coletiva**.

1.2.5 Redes de Proteção e Suporte: PROCIDS e PROAES

Para garantir que as políticas de inclusão saiam do papel e transformem vidas, a UFMS conta com a sinergia estratégica entre a Pró-Reitoria de Cidadania e Sustentabilidade (PROCIDS) e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Juntas, essas unidades apoiam desde estudantes brasileiros até estrangeiros e refugiados, oferecendo o suporte em tecnologias assistivas, linguístico, social e financeiro necessários.

Neste processo de construção identitária e trajetória de vida, a [Política Nacional de Assistência Estudantil \(PNAES\)](#) contribui na mitigação de barreiras à continuidade dos estudos e à elaboração de trajetórias acadêmicas consistentes no ambiente universitário.

O **apoio socioeconômico**, por meio de auxílios (bolsa permanência, moradia, alimentação, transporte) reflete na diminuição do estresse financeiro que frequentemente gera ansiedade, isolamento ou confusão de papéis. Estudos empíricos demonstram que beneficiários da PNAES apresentam maior permanência, melhor desempenho acadêmico e menor probabilidade de evasão, especialmente entre estudantes de baixa renda (Julião; Pereira; Ferreira, 2022; Ronkoski; Silva, 2025).

O alívio de necessidades básicas e a participação ativa em grupos de pesquisa, inovação, cultura, esporte e extensão, onde se exercita protagonismo, permite a formação de vínculos de pertencimento à comunidade universitária (Instituto Ayrton Senna, 2021). O autoconhecimento reflexivo, aliado às políticas de permanência, transforma fragilidades em oportunidades de realização e protagonismo.

Além do **Plano de Acessibilidade** e do **Programa UFMS Diversa**, já detalhados anteriormente, destacam-se as seguintes iniciativas estruturantes coordenadas pela PROCIDS.

1. Programa Sou Mulher UFMS

Foco na promoção do protagonismo feminino, equidade de gênero e segurança no câmpus.

2. Programa UFMS Indígena

Valorização da presença e dos saberes tradicionais dos povos originários no ensino e na pesquisa.



3. Programa UFMS 60+

Promoção da inclusão intergeracional e garantia do direito à educação para a população idosa.

4. Programa Se Cuide, Te amo!

Uma ação do “coração da UFMS” - Tem como propósito central acompanhar, acolher e oferecer suporte à comunidade universitária, promovendo ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de estudantes, servidores e colaboradores, com foco no cuidado integral e na construção de um ambiente saudável, participativo e acolhedor.

5. Plano de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação

Diretrizes de tolerância zero contra a violência moral, sexual ou qualquer forma de preconceito e discriminação.

A Rede em Ação: Estudo do Caso de Maria

Maria é uma estudante negra, mãe e integrante de uma comunidade quilombola. Sua trajetória na UFMS exemplifica como a rede institucional transforma a sobrevivência em **sucesso acadêmico**.

- **Saberes Plurais:** O conhecimento tradicional de Maria é valorizado em projetos de pesquisa através do programa UFMS Diversa, integrando saberes quilombolas à ciência acadêmica.
- **Suporte Emocional e Infraestrutura:** Para conciliar a maternidade e os estudos, ela utiliza o programa Sou Mulher UFMS e tem acesso a brinquedotecas, fraldários e salas de amamentação garantidos pela instituição.
- **Auxílio Financeiro:** sua permanência é fortalecida pelos auxílios da PROAES, permitindo maior dedicação às atividades acadêmicas.

O sucesso de Maria é o resultado de uma rede institucional que transforma a diversidade em pertencimento real e produção de conhecimento.

Em uma perspectiva de direitos, a inclusão não pode ser compreendida apenas como oferta de serviços de apoio. Ela exige que a universidade reconheça as barreiras que dificultam a participação plena dos estudantes e assumam a responsabilidade de removê-las. Isso envolve acessibilidade física, comunicacional, digital, pedagógica e atitudinal, além de políticas institucionais que promovam pertencimento, equidade e respeito às diferenças.



Essa aparente contradição reflete a posição que a inclusão social ocupa em nossa sociedade atual, ou seja, todos sabemos a que papel ela está destinada a desempenhar, mesmo diante de diferentes expectativas e sentidos que a complexidade do contexto atual pode apresentar.

A **Educação sob a égide da Inclusão** tem percorrido caminhos que apontam estratégias alternativas aos serviços de apoio tradicionais, baseadas na riqueza das investigações nas últimas décadas, respondendo de forma mais eficiente à diversidade e à equidade nos resultados da aprendizagem que vai além de conteúdo, visando uma formação que atenda à participação de sujeitos autônomos e ao mesmo críticos da sociedade em que vivem. Assim, deve ser entendida como um combate mais alargado destinado a suplantar discursos e práticas de exclusão, assumindo-se contra a ideologia que quer ver cada indivíduo completamente separado e isolado.

Exercício prático!



Ao navegar pelo seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou circular pelo seu câmpus/polo, identifique a aplicação prática de pelo menos dois dos 5 eixos do Plano de Acessibilidade. Como esses recursos impactam a inclusão de todos?

Este é um dos aspectos possíveis de se discutir acerca da função social. Ou seja, é preciso levar em conta a base social sobre a qual os cidadãos são constituídos na sociedade a que pertencem, bem como as contradições sociais e o “dilema” imposto a ela. Diante disso, emerge um questionamento central: **como garantir o direito à diferença em contextos que ainda a percebem de forma negativa ou restritiva?**

Nesse contexto, conhecer e acessar as políticas institucionais voltadas à cidadania, diversidade e inclusão é fundamental para o exercício pleno da vida universitária e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento.

Saiba mais!



Para saber mais sobre as políticas institucionais nesse contexto, acesse o site da Diretoria de Cidadania da UFMS e conheça suas ações, planos e programas.

[Acessar!](#)



Considerações finais

Conversamos sobre trajetórias de vida, construção da identidade, cidadania, diversidade e inclusão. Refletimos sobre onde estamos e onde podemos chegar; sobre nós, sobre a vida cotidiana inserida no contexto histórico local e universal. São diferentes perspectivas em torno de um mesmo tema: uma sociedade para todos. São diversos olhares para um único pensamento: o respeito às pessoas negras, às pessoas com deficiência, às mulheres, aos povos indígenas, às pessoas idosas, às crianças e a todos os grupos historicamente vulnerabilizados.

Acima de tudo, procuraremos entender que nossa vida não é apenas constituída por vitórias, mas também por fracassos, medos, angústias, desejos... por aprendizagem. O poema “O rio e o oceano”, de Osho, nos leva a pensar que construímos aqui a arte do sonho – um sonho conjunto para uma sociedade melhor e para todos:



“Um rio antes de cair no oceano treme de medo... Olha para trás, para toda a jornada, os cumes, as montanhas, o longo caminho sinuoso através das florestas, através dos povoados, e vê à sua frente um oceano tão vasto que entrar nele nada mais é do que desaparecer para sempre... O rio não pode voltar; ninguém pode voltar. Voltar é impossível na existência... Pode-se apenas ir em frente. O rio precisa se arriscar; precisa entrar no oceano, e que o medo desaparece... Porque apenas então o rio saberá que não se trata de desaparecer no oceano, mas tornar-se oceano” (Osho, 2006, p. 130).

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. ISBN 9788571105980.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em <https://link.ufms.br/L3GyT>. Acesso em: 19 mar. 2026

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Seção 1. Disponível em: <https://link.ufms.br/btGHT>. Acesso em: 27 fev. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989. Disponível em: <https://link.ufms.br/gOgKm>. Acesso em: 17 mar. 2026.

DANZA, Hanna Cebel Barbosa; SILVA, Maria Amélia Mendes da. Projeto de vida e identidade: articulações e implicações para a educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e238456, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/AmZvg>. Acesso em: 27 fev. 2026.

ERIKSON, Erik H. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. ISBN: 9788524501296.

FERREIRA, Lucas. Gestão de projetos pessoais: um framework para organizar a vida e concretizar objetivos. **Research, Society and Development**, Varginha, v. 9, n. 8, e103619236, 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/a5bTI>. Acesso em: 27 fev. 2026.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 70, p. 101–138, 2007. Disponível em: <https://link.ufms.br/qzZJH>. Acesso em: 17 mar. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 63. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023. ISBN 978857753409.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014. ISBN 9788583160076.



INSTITUTO AYRTON SENNA. **Competências socioemocionais: a importância do desenvolvimento e monitoramento para a educação integral.** São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2021. E-book. ISBN 9786599300714. Disponível em: <https://link.ufms.br/U6Eby>. Acesso em: 27 fev. 2026.

JULIÃO, Carlos Roberto Ferreira; PEREIRA, Larissa Inês; FERREIRA, Marcelo Azevedo Mendes. O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. **Gestão Universitária na América Latina**, Florianópolis, v. 15, n. 1, e84021, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/NsC3O>. Acesso em: 19 mar. 2026.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORAES, Luciana Aparecida Siqueira Silva de. Identidade do adolescente na contemporaneidade: contribuições da escola. **TransFormações em Psicologia**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 86–98, 2009. Disponível em: <https://link.ufms.br/sVIP2>. Acesso em: 27 fev. 2026.

OSHO. **Medo: compreendendo e aceitando as inseguranças da vida.** Tradução de Denise de C. Rocha Delela. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

RONKOSKI, Rafael; SILVA, Renata Maria Pereira da. O impacto da assistência estudantil na trajetória acadêmica do aluno: um estudo de caso na Fundação Universidade Federal de Rondônia. **Revista Foco**, v. 18, n. 11, e10389, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/sLcrU>. Acesso em: 19 mar. 2026.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. ISBN 9788524907388.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Programa UFMS Diversa.** Campo Grande: UFMS, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/Q0E08>. Acesso em: 19 mar. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Plano de Prevenção e Enfrentamento ao assédio e a discriminação 2025–2027.** Campo Grande: UFMS, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/UOVsb>. Acesso em: 19 mar. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Programa “Se Cuide, Te Amo!”** – Uma ação do coração da UFMS. Campo Grande: Pró-Reitoria de Cidadania e Sustentabilidade (PROCIDS), Diretoria de Cidadania, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/JUrxK>. Acesso em: 22 abr. 2026.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Programa Sou Mulher UFMS (2025–2028)**. Campo Grande: Pró-Reitoria de Cidadania e Sustentabilidade (PROCIDS), Diretoria de Cidadania, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/BjX8Y>. Acesso em: 22 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Plano de Acessibilidade da UFMS 2025–2027**. Campo Grande: UFMS, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/jbNmA>. Acesso em: 19 mar. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Programa UFMS Indígena (2025–2027)**. Campo Grande: Pró-Reitoria de Cidadania e Sustentabilidade (PROCIDS), Diretoria de Cidadania, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/PLOft>. Acesso em: 22 abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). **Programa UFMS 60+ (2025–2027)**. Campo Grande: Pró-Reitoria de Cidadania e Sustentabilidade (PROCIDS), Diretoria de Cidadania, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/8R-LxV>. Acesso em: 22 abr. 2026.

Módulo 2

Cidadania, Trabalho e Competências Socioemocionais



Apresentação

Olá!

Neste **Módulo 2 - Cidadania, Trabalho e Competências Socioemocionais**, vamos refletir sobre um tema que faz parte da vida acadêmica e também da vida profissional: as relações que construímos nos ambientes de estudo e trabalho e as responsabilidades que surgem nessas interações.

Imagine a seguinte situação: você inicia um estágio ou participa de um trabalho em grupo na universidade e percebe que algumas atitudes do cotidiano parecem “normais”, mas geram desconforto. Um colega trata a equipe com desrespeito. Outro ignora um procedimento importante para terminar mais rápido. Ninguém comenta sobre isso, porque “sempre foi assim”.



Descrição da imagem: Uma jovem sorri e une as mãos às de outras pessoas em gesto de apoio. Um idoso de óculos aparece em primeiro plano, desfocado.

Fonte: [Magnific](#)

O que fazer diante de situações como essa? Ficar em silêncio para evitar conflitos? Reproduzir o comportamento do grupo? Ou buscar uma forma responsável de agir?

Situações como essas mostram que cidadania não se manifesta apenas em grandes decisões políticas ou sociais. Ela também aparece nas escolhas cotidianas que fazemos nas relações com outras pessoas. Neste módulo, vamos explorar como cidadania, trabalho e convivência estão interligados.

Unidade 1 - Cidadania no Mundo do Trabalho: O foco será compreender por que temas como bem-estar, segurança e responsabilidade social não são apenas questões técnicas. Eles dizem respeito à forma como pessoas e instituições assumem responsabilidades e tomam decisões que afetam outras pessoas e a sociedade. Veremos como a qualidade das relações e o cuidado com as pessoas são fundamentais para um ambiente saudável.

Unidade 2 - Competências Socioemocionais e Protagonismo Social: vamos discutir por que habilidades como colaboração, empatia, criatividade, responsabilidade e tomada de decisão são importantes na vida acadêmica, pessoal e profissional.

Ao final deste módulo, espera-se que você seja capaz de reconhecer situações em que cidadania e trabalho se conectam, refletir sobre decisões e impactos coletivos em contextos de convivência e identificar formas de atuar com mais responsabilidade, diálogo e consciência nos espaços que ocupa dentro e fora da universidade. Vamos lá!

Unidade 1

Cidadania no Mundo do Trabalho

O trabalho ocupa papel central na organização das sociedades contemporâneas. Por meio dele os indivíduos produzem bens e serviços, garantem sua subsistência e participam da vida social. Entretanto, o trabalho não deve ser compreendido apenas como atividade econômica, mas também como **espaço de exercício da cidadania e de construção de relações sociais baseadas no respeito à dignidade humana**.

A segurança, a saúde e o meio ambiente do trabalho constituem dimensões fundamentais desse processo, pois dizem respeito à proteção da vida, à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais e à promoção de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades profissionais.

No Brasil, a Constituição Federal estabelece que a redução dos riscos inerentes ao trabalho é um direito dos trabalhadores. Esse princípio reforça que o trabalho deve ocorrer em condições que preservem a saúde, a integridade física e o bem-estar das pessoas.

2.1.1 Segurança, saúde e meio ambiente no trabalho

A segurança e a saúde no trabalho correspondem ao conjunto de práticas, normas e políticas destinadas à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Essas ações envolvem a identificação de riscos, a implementação de medidas de prevenção e a promoção de ambientes laborais seguros e saudáveis. O conceito de **meio ambiente do trabalho** refere-se ao conjunto de condições físicas, organizacionais e sociais que influenciam o desempenho das atividades profissionais.

- Infraestrutura
- Organização do trabalho
- Relações interpessoais
- Tecnologias utilizadas



Descrição da imagem: Vista superior de duas mulheres sentadas à mesa de madeira, conversando entre pastas coloridas, tablet, cadernos e óculos. Ambiente iluminado.

Fonte: [Magnific](#)

Quando essas condições são inadequadas, podem surgir riscos que comprometem a saúde dos trabalhadores e afetam o funcionamento das organizações. Os **riscos ocupacionais** correspondem a situações, ou agentes presentes no ambiente de trabalho, que podem causar danos à saúde ou à integridade física dos trabalhadores.

Esses riscos podem resultar de fatores ambientais, organizacionais ou operacionais (Lida; Buarque, 2016). Por outro lado, ambientes que valorizam a prevenção contribuem para melhorar a qualidade de vida e fortalecer relações de trabalho mais saudáveis. Nesse contexto, instrumentos como o **mapa de risco** e os **sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional** desempenham papel essencial na identificação e no controle dos perigos existentes nas organizações.

Os riscos ocupacionais podem ser classificados em diferentes categorias de acordo com sua natureza. Essa classificação facilita a análise das condições de trabalho e a adoção de medidas preventivas adequadas. Podemos elencar cinco categorias de riscos.

1. **Riscos físicos:** Relacionados à exposição a ruído, vibração, temperaturas extremas, radiações e pressões anormais.
2. **Riscos químicos:** Associados à presença de substâncias químicas como poeiras, vapores, gases e solventes.
3. **Riscos biológicos:** Decorrentes da exposição a micro-organismos como bactérias, vírus, fungos e parasitas.
4. **Riscos ergonômicos:** Relacionados à organização do trabalho, postura inadequada, movimentos repetitivos e esforço físico excessivo.
5. **Riscos de acidentes:** Associados a condições inseguras como máquinas sem proteção, instalações inadequadas e risco de quedas.

A identificação dos riscos constitui uma etapa essencial no processo de prevenção de acidentes. O **mapa de risco** é uma ferramenta utilizada para representar graficamente os riscos existentes em determinado ambiente de trabalho. Essa representação é realizada por meio de cores e símbolos que indicam os diferentes tipos de riscos e sua intensidade (Brasil, 2018). Essa ferramenta facilita a visualização dos perigos presentes nos setores de uma organização e contribui para o planejamento de estratégias de prevenção de acidentes.

Os **sistemas de gestão de segurança** e saúde ocupacional consistem em estruturas organizacionais destinadas à promoção da prevenção de acidentes e à melhoria das condições de trabalho. Esses sistemas são baseados em processos de planejamento, implementação, monitoramento e melhoria contínua (ISO, 2018). Entre os principais elementos destes sistemas, destacam-se:

- Identificação de riscos
- Implantação e implementação de medidas preventivas
- Capacitação dos trabalhadores
- Monitoramento contínuo das condições de trabalho

Para saber mais sobre segurança e saúde no trabalho, acesse os recursos a seguir:

Como a cultura de segurança no trabalho transforma as empresas?

Cabe destacar que as organizações desempenham papel fundamental na promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis. A responsabilidade social organizacional envolve o compromisso das instituições com práticas que respeitem os direitos humanos e promovam o bem-estar coletivo. Com isso, é essencial que as organizações incentivem a participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas à segurança e construção de uma cultura organizacional baseada na prevenção.

[Assista ao vídeo!](#)

O que é saúde e segurança do trabalho?

No Brasil, a segurança e a saúde no trabalho são regulamentadas pelas Normas Regulamentadoras (NR), criadas pelo Ministério do Trabalho em 1978. Essas normas estabelecem diretrizes para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

[Assista ao vídeo!](#)

O que são as Normas Regulamentadoras (NRs)?

Uma das atualizações mais relevantes ocorreu com a revisão da NR-1, que introduziu o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Esse modelo reforça a importância da identificação de perigos, avaliação de riscos e implementação contínua de medidas de prevenção.

[Assista ao vídeo!](#)

NR-1 e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais

[Assista ao vídeo!](#)

Repositório de Normas Regulamentadoras

[Acessar repositório!](#)

Para refletir!

João trabalha em uma empresa de manutenção industrial. Durante uma inspeção, ele percebe que um equipamento apresenta falhas no sistema de proteção. Ao informar o supervisor, recebe a orientação de continuar utilizando a máquina até que seja autorizada a manutenção, pois a interrupção das atividades poderia atrasar a produção.

João percebe que continuar utilizando o equipamento pode representar risco para os trabalhadores do setor. Ele então se vê diante de um dilema: seguir a orientação do supervisor ou insistir na interrupção das atividades até que o problema seja resolvido?

1. Quais riscos estão presentes nessa situação?
2. Quais direitos dos trabalhadores estão relacionados ao caso?
3. Quais responsabilidades cabem à empresa e aos trabalhadores?
4. Como a cidadania no trabalho se manifesta nessa situação?
5. Que alternativas poderiam ser adotadas para resolver o problema?

A articulação entre ética, valores e integridade é essencial para a consolidação de ambientes acadêmicos e profissionais que promovam confiança, equidade e excelência.

A **ética** no ambiente acadêmico e profissional constitui um eixo estruturante das relações sociais e institucionais, orientando comportamentos baseados em princípios de justiça, responsabilidade e respeito. Trata-se de um referencial normativo que regula a conduta dos indivíduos, contribuindo para a construção de ambientes confiáveis e socialmente legítimos.

Os **valores institucionais** representam diretrizes fundamentais que orientam a cultura organizacional, como equidade, transparência, diversidade e compromisso com a sociedade. Tais valores não apenas norteiam decisões estratégicas, mas também influenciam práticas cotidianas e relações interpessoais.

A **integridade**, por sua vez, refere-se à coerência entre princípios e ações. No contexto acadêmico, está diretamente associada à honestidade intelectual, à responsabilidade na produção e divulgação do conhecimento e ao respeito às normas científicas e institucionais.

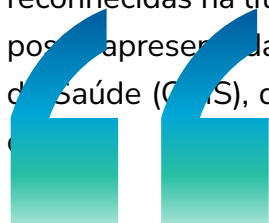
Para estudantes, isso implica as seguintes ações práticas:

- 1. Integridade acadêmica:** Evitar plágio, citando corretamente autores conforme normas (ex.: ABNT).
- 2. Responsabilidade em trabalhos científicos:** Não manipular dados ou resultados para “melhorar” conclusões.
- 3. Postura em sala de aula:** Respeitar colegas e docentes, valorizando a diversidade de opiniões.
- 4. Trabalho em grupo:** Dividir tarefas de forma justa, reconhecendo a contribuição de todos.
- 5. Uso ético de tecnologias:** Não utilizar inteligência artificial ou ferramentas digitais de forma fraudulenta em avaliações.

6. Compromisso social: Compreender que o conhecimento produzido deve contribuir para a sociedade.

2.1.2 Trabalho digno, bem-estar e qualidade de vida

Outro aspecto extremamente importante no ambiente de trabalho é a **qualidade de vida**. O conceito de qualidade de vida tem sido amplamente discutido em diferentes áreas do conhecimento, especialmente nos campos da saúde, das ciências sociais e da gestão organizacional. Entre as definições mais reconhecidas na literatura científica está a proposta apresentada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que define qualidade de vida



“A percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais vive e em relação aos seus objectivos, expectativas, padrões e preocupações”.



Descrição da imagem: Homem sorridente celebra com braços erguidos ao lado de colegas em um gesto de união.

Fonte: [Magnific](#)

v o s ,
cupa-



A qualidade de vida envolve quatro domínios principais, segundo a OMS:

Essas dimensões ajudam a compreender como fatores pessoais, sociais e ambientais influenciam o bem-estar das pessoas no cotidiano e no ambiente de trabalho.

A **qualidade de vida no trabalho** constitui um conceito multidimensional que se refere ao conjunto de condições organizacionais, sociais e ambientais que influenciam o bem-estar físico, psicológico e social dos trabalhadores no exercício de suas atividades profissionais. Esse conceito ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX, quando pesquisadores passaram a compreender que o desempenho organizacional e a satisfação no trabalho estão diretamente relacionados às condições oferecidas aos trabalhadores.

Nesse contexto, a qualidade de vida no trabalho ultrapassa a ideia de ausência de acidentes ou doenças ocupacionais, incorporando também aspectos relacionados à **satisfação profissional**, à **valorização do trabalhador**, ao **equilíbrio entre vida pessoal e profissional** e às **relações interpessoais** estabelecidas no ambiente organizacional. Assim, a promoção da qualidade de vida no trabalho está diretamente associada à construção de ambientes laborais mais saudáveis, produtivos e socialmente responsáveis.

Um dos modelos teóricos mais conhecidos para a análise da qualidade de vida no trabalho foi proposto por Richard E. Walton, em 1973. O autor apresentou **oito dimensões fundamentais** para avaliar as condições de trabalho e o grau de bem-estar dos trabalhadores nas organizações. Conheça as dimensões a seguir:

1. A primeira dimensão refere-se à **compensação justa e adequada**, relacionada à remuneração compatível com as atividades desempenhadas e às condições de equidade salarial.
2. A segunda dimensão diz respeito às **condições de trabalho seguras e saudáveis**, envolvendo aspectos como segurança, ergonomia, carga horária e prevenção de riscos ocupacionais.
3. A terceira dimensão envolve a **oportunidade de utilização e desenvolvimen-**



Descrição da imagem: Três pessoas em um escritório comemoram com entusiasmo diante de um notebook.

Fonte: [Magnific](#)

to de capacidades, ou seja, a possibilidade de os trabalhadores aplicarem seus conhecimentos, habilidades e competências no exercício de suas atividades.

4. A quarta dimensão refere-se às **oportunidades de crescimento e segurança**, associadas às perspectivas de desenvolvimento profissional e estabilidade no trabalho.
5. A quinta dimensão está relacionada à **integração social no ambiente de trabalho**, destacando a importância de relações profissionais baseadas no respeito, na cooperação e na valorização da diversidade.
6. A sexta dimensão aborda o **constitucionalismo organizacional**, que se refere ao respeito aos direitos individuais e às normas que regulam as relações de trabalho.
7. A sétima dimensão refere-se ao **equilíbrio entre trabalho e vida pessoal**, aspecto que tem ganhado destaque nas discussões contemporâneas sobre saúde mental e bem-estar.
8. A oitava dimensão corresponde à **relevância social do trabalho**, que envolve a percepção de que as atividades profissionais desempenhadas possuem valor e contribuem positivamente para a sociedade.

A partir dessas dimensões, observa-se que a qualidade de vida no trabalho envolve fatores que vão além das condições físicas do ambiente laboral, abrangendo também aspectos psicológicos, sociais e organizacionais. Dessa forma, a promoção da qualidade de vida no trabalho depende de **políticas institucionais** que incentivem a participação dos trabalhadores, valorizem a comunicação organizacional e promovam ambientes de trabalho baseados na ética, no respeito e na cooperação.

Além disso, a atenção à qualidade de vida no trabalho contribui para a prevenção de problemas relacionados ao estresse ocupacional e ao esgotamento profissional, conhecido como síndrome de *burnout*. Essa condição tem sido cada vez mais discutida no campo da saúde ocupacional e reconhecida como um problema relevante no mundo do trabalho contemporâneo, pois está associada a situações de sobrecarga, pressão constante e falta de apoio institucional.

Nesse sentido, promover qualidade de vida no trabalho significa adotar uma abordagem integrada que considere não apenas as condições físicas do ambiente laboral, mas também os aspectos emocionais e sociais que influenciam a experiência do trabalhador. Essa perspectiva reforça a importância de políticas organizacionais

voltadas para a promoção da saúde, o fortalecimento das relações interpessoais e a construção de ambientes profissionais que respeitem a dignidade humana.

Sob a perspectiva da cidadania no trabalho, a qualidade de vida representa um elemento essencial para a garantia de condições dignas de trabalho e para a construção de relações profissionais mais justas e equilibradas. Dessa forma, trabalhadores e organizações compartilham responsabilidades na promoção de ambientes laborais que favoreçam o bem-estar coletivo, a prevenção de riscos e o desenvolvimento sustentável das atividades profissionais.

Saiba mais!

Para saber mais, recomendamos a leitura do livro “Qualidade de vida no trabalho: um modelo sistêmico”, de Ana Alice Vilas Boas e Estelle M. Morin.

[Acessar!](#)



Unidade 2

Competências Socioemocionais e Protagonismo Social

Na unidade anterior, discutimos como a cidadania se expressa no mundo do trabalho por meio da segurança, da saúde, da qualidade de vida, da ética, da responsabilidade social e do cuidado com as pessoas. Agora, vamos avançar para uma dimensão complementar: as competências que nos ajudam a agir de forma consciente, colaborativa e responsável diante dos desafios da vida acadêmica, profissional e social.

Em diferentes situações, o conhecimento técnico é fundamental, mas não suficiente. Saber trabalhar em equipe, lidar com conflitos, organizar o tempo, tomar decisões responsáveis, comunicar-se com respeito, enfrentar frustrações e buscar soluções criativas são capacidades cada vez mais importantes para a formação integral e para a atuação cidadã.

Essas capacidades são chamadas de **competências socioemocionais**. Elas estão relacionadas ao modo como cada pessoa compreende e regula suas emoções, estabelece objetivos, se relaciona com os outros, toma decisões e enfrenta situações novas ou desafiadoras.

De acordo com o Instituto Ayrton Senna, competência socioemocional pode ser compreendida como a:

Competência socioemocional

“Capacidade de mobilizar, articular e colocar em prática conhecimentos, valores, atitudes e habilidades para se relacionar consigo mesmo e os outros, compreender e gerir emoções, estabelecer e atingir objetivos, tomar decisões autônomas e responsáveis, e enfrentar situações novas de maneira construtiva e criativa.” (Instituto Ayrton Senna, 2021).



Descrição da imagem: Mulher sorridente com cabelo crespo e óculos, unindo as mãos com outras pessoas em um gesto de união.

Fonte: [Magnific](#)

As competências socioemocionais se desenvolvem ao longo da vida, a partir das experiências familiares, escolares, acadêmicas, profissionais e sociais. Elas não são características fixas nem dons individuais. Podem ser fortalecidas por meio da convivência, da reflexão, da aprendizagem, da participação em atividades coletivas e da vivência de situações que exigem responsabilidade, diálogo e tomada de decisão.

No contexto universitário, essas competências têm relação direta com o **bem-estar**, a permanência, o sucesso acadêmico, a construção de projetos de vida e a preparação para o mundo do trabalho. Elas ajudam o estudante a lidar com a autonomia exigida no ensino superior, com os desafios da convivência, com a pressão por desempenho e com as escolhas que marcam sua trajetória formativa.

Ao mesmo tempo, é importante destacar: desenvolver competências socioemocionais não significa responsabilizar exclusivamente o indivíduo por suas dificuldades. O estudante não enfrenta sozinho os desafios da vida acadêmica. Por isso, essas competências devem ser compreendidas em diálogo com redes de apoio, políticas institucionais, ambientes acolhedores e práticas coletivas de cuidado, inclusão e respeito.

2.2.1 Competências socioemocionais: dimensões e aplicações

Entre as abordagens utilizadas para compreender as competências socioemocionais, destacam-se cinco grandes dimensões, associadas ao modo como as pessoas organizam suas ações, lidam com emoções, interagem socialmente e se abrem a novas experiências.

1. Autogestão

A autogestão envolve capacidades como determinação, organização, foco, persistência e responsabilidade. No cotidiano acadêmico, essa competência aparece na forma como o estudante organiza sua rotina de estudos, cumpre prazos, acompanha as atividades, reconhece prioridades e mantém o compromisso com seus objetivos.

No mundo do trabalho, a autogestão também se manifesta na capacidade de planejar tarefas, agir com responsabilidade, cumprir acordos e manter uma postura profissional diante de demandas e desafios.



Descrição da imagem: Homem sorridente, de cabelo crespo, deitado com mãos sob a cabeça e olhos fechados. Veste camiseta branca sobre fundo branco.

Fonte: Gerada por IA

2. Engajamento com os outros

O engajamento com os outros envolve iniciativa social, assertividade e entusiasmo. Está relacionado à disposição para participar, comunicar ideias, interagir com diferentes pessoas e contribuir para ações coletivas.

Na universidade, essa competência pode aparecer em trabalhos em grupo, projetos de extensão, atividades de pesquisa, centros acadêmicos, eventos científicos, ações culturais e iniciativas de voluntariado.

3. Amabilidade

A amabilidade envolve empatia, respeito e confiança. Essa dimensão diz respeito à capacidade de considerar o outro, ouvir diferentes pontos de vista, cooperar e construir relações baseadas no respeito.

Em ambientes acadêmicos e profissionais, a amabilidade é essencial para a convivência ética, para o trabalho em equipe e para a construção de espaços mais inclusivos, especialmente em contextos marcados pela diversidade de trajetórias, identidades e experiências.

4. Resiliência emocional

A resiliência emocional envolve tolerância ao estresse, autoconfiança e tolerância à frustração. Ela ajuda o estudante a enfrentar dificuldades, lidar com erros, receber feedbacks, atravessar momentos de insegurança e persistir diante de obstáculos.

Isso não significa ignorar o sofrimento ou naturalizar a sobrecarga. Pelo contrário: desenvolver resiliência também envolve reconhecer limites, buscar ajuda e compreender que o cuidado com a saúde mental faz parte da formação integral.

5. Abertura ao novo

A abertura ao novo envolve curiosidade para aprender, imaginação criativa e interesse por novas experiências. Essa competência favorece a aprendizagem contínua, a inovação, a criatividade e a disposição para rever ideias.

No contexto universitário, ela se expressa quando o estudante se permite explorar novos temas, participar de projetos, dialogar com diferentes áreas do conhecimento e construir soluções para problemas reais.

É possível identificar competências de maior dimensão cognitiva, como o pensamento crítico, e outras de maior dimensão socioemocional. Observe as macrocompetências e competências correlatas de impacto na aprendizagem, conforme o Instituto Ayrton Senna (2021):

	Autogestão	Engajamento com os outros	Amabilidade	Resiliência emocional	Abertura ao novo
Competências associadas	Determinação, organização, foco, persistência e responsabilidade	Iniciativa social, assertividade e entusiasmo	Empatia, respeito e confiança	Tolerância ao estresse, autoconfiança e tolerância à frustração	Curiosidade, imaginação criativa e interesse artístico
Aplicação no cotidiano acadêmico	Planejar estudos, cumprir prazos e manter compromisso com objetivos	Participar de grupos, projetos, eventos e ações coletivas	Colaborar, ouvir o outro e conviver com a diversidade	Lidar com dificuldades, feedbacks, erros e pressões	Aprender continuamente, criar soluções e experimentar novas possibilidades

2.2.2 Competências socioemocionais na vida acadêmica e profissional

As competências socioemocionais têm impacto direto na forma como o estudante aprende, convive e participa da universidade. Elas contribuem para a permanência acadêmica, para a construção de vínculos, para a adaptação a novas situações e para a elaboração de projetos de vida mais consistentes.

No mundo do trabalho, essas competências também são cada vez mais valorizadas. Um profissional pode dominar conteúdos técnicos, mas encontrará dificuldades se não souber dialogar, colaborar, adaptar-se a mudanças, lidar com conflitos ou tomar decisões responsáveis. Por isso, as competências socioemocionais devem ser compreendidas como parte da formação integral. Elas não substituem o conhecimento técnico, mas ampliam a capacidade de aplicá-lo de forma ética, criativa, colaborativa e socialmente responsável.



Descrição da imagem: Mulher de costas e blazer rosa escreve em um quadro. Um homem observa a apresentação.

Fonte: [Magnific](#)

Para refletir!



Pense em uma situação comum: em um trabalho em grupo, uma pessoa domina muito bem o conteúdo, mas não escuta os colegas, não divide tarefas e reage mal a críticas. **Qual é o impacto disso?**

Nesse caso, o conhecimento técnico existe, mas sua aplicação é prejudicada pela dificuldade de convivência, comunicação e autorregulação. É por isso que competências socioemocionais são fundamentais para transformar conhecimento em ação responsável.

As competências socioemocionais funcionam como uma base que ajuda a mobilizar o conhecimento técnico em situações reais. Elas influenciam como nos organizamos, como lidamos com pressões, como colaboramos e como tomamos decisões.

A Jornada na Universidade: Estudo do Caso de Sofia

Para compreender como essas competências aparecem na prática, observe a trajetória de Sofia, uma estudante que precisou desenvolver novas formas de se relacionar consigo mesma e com os colegas para avançar em sua vida acadêmica.

Sofia, estudante de engenharia, sempre teve excelentes notas, mas enfrentava **dificuldades em trabalhos em grupo**. Ela era tímida, evitava se posicionar e ficava frustrada quando os colegas não acompanhavam seu ritmo. Após receber um feedback de um professor, percebeu que precisava desenvolver não apenas conhecimentos técnicos, mas também competências relacionadas à comunicação, à empatia, à autogestão e à colaboração.

Ela começou a praticar a **escuta ativa**, procurando compreender as dificuldades dos colegas antes de criticá-los.

Também passou a organizar suas tarefas e observar melhor suas emoções, **registrando situações** que lhe causavam estresse, insegurança ou frustração.

Com o tempo, Sofia melhorou sua participação nos projetos coletivos, fortaleceu sua confiança e passou a ser reconhecida pelos colegas como alguém capaz de ouvir, dialogar e contribuir para a solução de problemas. Sua trajetória mostra que competências socioemocionais **podem ser desenvolvidas** e que esse desenvolvimento transforma tanto o desempenho acadêmico quanto a convivência.

Atividade Prática: Diário de Bordo das Emoções

Agora que você conheceu o caso de Sofia, que tal observar sua própria experiência? Durante uma semana, reserve alguns minutos do seu dia para preencher um **Diário de Bordo das Emoções**.

- 1. Situação:** descreva brevemente uma situação que marcou seu dia, como uma aula, uma conversa, um estudo ou uma atividade em grupo.
- 2. Emoção:** identifique o que você sentiu: alegria, frustração, ansiedade, orgulho, insegurança, tranquilidade ou outra emoção.
- 3. Reação:** registre como você reagiu a essa emoção. O que você fez, pensou ou falou?
- 4. Reflexão:** pense se haveria outra forma de reagir. O que essa situação ensinou sobre você?

Esse exercício pode ajudar a reconhecer padrões de comportamento, compreender melhor suas emoções e iniciar um processo mais consciente de desenvolvimento socioemocional. É nesse ponto que as competências socioemocionais se conectam ao **protagonismo social**. Ser protagonista não significa agir sozinho ou resolver tudo individualmente. Significa reconhecer-se como sujeito capaz de participar, propor, dialogar, aprender com os outros e contribuir para transformações no ambiente acadêmico, profissional e comunitário.

2.2.3 Protagonismo social: de coadjuvante a autor da sua jornada

Uma das consequências mais importantes do desenvolvimento socioemocional é a possibilidade de assumir maior protagonismo na vida acadêmica, profissional e social. Ser protagonista significa participar ativamente da própria trajetória, buscar soluções, fazer escolhas responsáveis e compreender que nossas ações produzem impactos sobre outras pessoas e sobre a coletividade.

No entanto, protagonismo não deve ser confundido com individualismo. Ninguém constrói uma trajetória significativa de forma isolada. O verdadeiro protagonismo se fortalece na colaboração, na escuta, na construção de consensos e na capacidade de atuar com outras pessoas em busca de objetivos comuns.



Descrição da imagem: Jovem negra, sorridente, de óculos e cabelos cacheados coloca a mão sobre uma pilha de mãos de outras pessoas em sinal de união.

Fonte: [Magnific](#)

O **protagonismo social** começa quando deixamos de ser apenas espectadores e passamos a nos reconhecer como agentes. Na universidade, isso pode acontecer em diferentes espaços: trabalhos em grupo, projetos de extensão, pesquisa, cultura, esporte, representação estudantil, ações de voluntariado, movimentos coletivos e iniciativas de inovação social.

Colaborar, nesse contexto, não significa apenas dividir tarefas. Significa cocriar, somar habilidades, respeitar diferentes perspectivas e construir resultados que dificilmente seriam alcançados individualmente.

Protagonismo Social

“O conceito de protagonismo social está ligado à capacidade e disposição dos indivíduos e grupos para participar ativa e conscientemente na tomada de decisões e na solução de problemas que afetam a sua comunidade e sociedade em geral” (Da Cunha et al., 2024).

2.2.4 Onde exercitar seu protagonismo?

A universidade pode ser compreendida como um espaço privilegiado para exercitar o protagonismo. A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE) oferece um universo de oportunidades para você sair da teoria e ir para a ação.



Vem pra UFMS: Já imaginou apresentar um projeto seu para alunos de escolas públicas, como fizeram os mais de 350 trabalhos no “Ciência nas Escolas”? Isso é protagonismo!



UNAPI (Universidade Aberta à Pessoa Idosa): Que tal ser voluntário em uma das mais de 60 atividades de cultura, esporte e lazer, desenvolvendo sua empatia e capacidade de comunicação com um público diferente?



Integra UFMS: Já pensou em ser voluntário no maior evento científico do estado? Você pode conhecer esse e outros projetos no site da PROECE! [Acesse aqui!](#)

É importante ressaltar que o desenvolvimento socioemocional não busca negligenciar os desafios do trabalho ou culpabilizar o indivíduo por suas dificuldades. Pelo contrário, o objetivo é fornecer ferramentas para que cada um possa se fortalecer, ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância de um contexto organizacional e de políticas de apoio que promovam a saúde mental e o bem-estar coletivo.

Ao final deste módulo, o convite é para que você se perceba como um agente ativo na construção de ambientes de trabalho mais cidadãos, éticos e colaborativos, utilizando suas competências socioemocionais como principal instrumento de transformação.

Onde buscar apoio?

Diante dos desafios emocionais e das pressões da vida acadêmica, é fundamental compreender que o desenvolvimento de competências socioemocionais inclui **saber o momento de pedir ajuda**. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) oferece uma rede de apoio voltada ao bem-estar e à permanência do estudante na universidade. Conheça essa rede no site da PROAES!

[Acessar!](#)

Considerações finais

Ao longo deste módulo, discutimos dois elementos fundamentais para a vida acadêmica, profissional e social: a **cidadania** no mundo do trabalho e o desenvolvimento de **competências socioemocionais**. Esses dois temas estão profundamente conectados. O exercício da cidadania no trabalho não depende apenas do conhecimento das normas ou dos direitos formais, mas também da forma como as pessoas se relacionam, tomam decisões e lidam com desafios cotidianos.

A construção de ambientes de trabalho mais justos, seguros e colaborativos envolve escolhas **individuais e coletivas**. Questões como respeito às normas de segurança, cuidado com a saúde e o bem-estar, responsabilidade ambiental e atitudes éticas nas organizações são exemplos de práticas que expressam cidadania no cotidiano profissional. Essas práticas ganham força quando acompanhadas de competências socioemocionais como empatia, responsabilidade, capacidade de diálogo, cooperação e resiliência.

Desenvolver competências socioemocionais não significa apenas melhorar o desempenho individual. Trata-se também de ampliar a capacidade de contribuir para ambientes mais saudáveis, produtivos e socialmente responsáveis.

Sua jornada na universidade é o principal campo de treinamento para se tornar esse profissional. Cada trabalho em grupo é uma oportunidade para exercitar a colaboração e a empatia. Cada projeto de extensão é um laboratório para o protagonismo social. Cada dilema ético, por menor que seja, é um ensaio para as grandes decisões que você tomará em sua carreira.

O convite final deste módulo é que você reflita sobre seu próprio papel nesses contextos. Como suas atitudes contribuem para o ambiente em que você estuda, trabalha ou convive? De que maneira suas decisões podem fortalecer relações mais éticas, colaborativas e responsáveis?

O futuro do trabalho não será definido apenas pela tecnologia, mas pela qualidade das nossas interações e pela nossa capacidade de colocar o ser humano no centro de tudo. E essa construção começa agora, com você.

Referências

ABED, A. L. Z. O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 24, n. 25, p. 8-27, 2016. Disponível em: <https://link.ufms.br/n5xJS>. Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <https://link.ufms.br/R4pyB>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Normas Regulamentadoras (NR). Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, [s.d]. Disponível em: <https://link.ufms.br/va8Ou>. Acesso em: 19 mar. 2026.

Calvosa, Marcello Vinicius Doria. Relevância do trabalho e da qualidade de vida no trabalho para a sociedade. **RAE - Revista de Administração de Empresas**: São Paulo, v. 62, n. 2, p. 1-3, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/Y4rc2>. Acesso em: 19 mar. 2026.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. ISBN 9788520437612.

DA CUNHA, A. C. S.; MAFRA, S. C. T.; TOSTA, K. S. Protagonismo: Quando Se Tem Vez No Envelhecimento. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 3529–3544, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/xhk6z>. Acesso em: 17 mar. 2026.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015. ISBN 9786555551358.

IIDA, Itiro; BUARQUE, Lia. **Ergonomia**: projeto e produção. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2016. ISBN 9788521209331.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Competências socioemocionais**: a importância do desenvolvimento e monitoramento para a educação integral. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2021. E-book. ISBN 9786599300714. Disponível em: <https://link.ufms.br/U6Eby>. Acesso em: 27 fev. 2026.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho**: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 9788522478514.

MELO-SILVA, L. L.; BARBOSA, M. M. F.; SANTOS, A. E.; LEAL, M. S. Desenvolvimento socioemocional: impactos na formação acadêmica, no trabalho e na carreira. In: MELO-SILVA, L. L.; RIBEIRO, M. A.; AGUILLERA, F.; ZANOTO, P. A. (org.). **Dos contextos educativos e formativos ao mundo do trabalho**: implicações para a construção de carreira. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 79-108. ISBN 9786526504512.

MOLINA COSTA, F. A.; MELO-SILVA, L. L.; OLIVEIRA, J. E.; LESSA, J. P. A. Relações entre competências socioemocionais, adaptabilidade e autoeficácia na transição escola-trabalho. **Ciências Psicológicas**, Montevideo, v. 18, n. 2, e-3720, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/jvMyD>. Acesso em: 07 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Segurança e saúde no trabalho**. Genebra: OIT. Disponível em: <https://link.ufms.br/uVRz3>. Acesso em: 19 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **WHOQOL**: measuring quality of life. Geneva: World Health Organization, 1997. Disponível em: <https://link.ufms.br/24iwU>. Acesso em: 19 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Competências para o progresso social**: o poder das competências socioemocionais. São Paulo: Fundação Santillana, 2015. ISBN 9788563489289. Disponível em: <https://link.ufms.br/39aEj>. Acesso em: 17 mar. 2026.

PADILHA, Norma Sueli. **Do meio ambiente do trabalho equilibrado**. São Paulo: LTr, 2002. ISBN 8536101946.

PRIMI, R.; SANTOS, D.I.; JOHN, O. P.; DE FRUYT, F. **Instrumento Senna para Avaliação Socioemocional**: Manual Técnico. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2023. ISBN 9786585391153. Disponível em: <https://link.ufms.br/mmmVV>. Acesso em: 17 mar. 2026.

SOTO, C. J.; JOHN, O. P. The next Big Five Inventory (BFI-2): Developing and assessing a hierarchical model with 15 facets to enhance bandwidth, fidelity, and predictive power. **Journal of Personality and Social Psychology**, Washington, v. 113, n. 1, p. 117-143, 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/EjOWq>. Acesso em: 07 mar. 2026.

THE WHOQOL GROUP. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science & Medicine**, v. 41, n. 10, p. 1403–1409, 1995. Disponível em: <https://link.ufms.br/>

[sFSb3](#). Acesso em: 19 mar. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis** (PROAES). Página Inicial. Campo Grande, MS. Disponível em: <https://proaes.ufms.br/>. Acesso em: 08 mar. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte** (PROECE). Página Inicial. Campo Grande, MS. Disponível em: <https://proece.ufms.br/>. Acesso em: 08 mar. 2026.

WALTON, Richard E. Quality of working life: what is it? **Sloan Management Review**, v. 15, n. 1, p. 11–21, 1973.

Módulo 3

Sustentabilidade e Inovação Responsável



Apresentação

Olá!

Neste **Módulo 3 – Sustentabilidade e Inovação Responsável** convidamos você a uma reflexão sobre como nossas escolhas diárias, atitudes coletivas e arranjos institucionais impactam diretamente a sociedade e o futuro do nosso planeta. O principal objetivo da nossa jornada é superar o senso comum de que “sustentabilidade” é sinônimo exclusivo de preservação da natureza.

Ao longo dos seus estudos, você será apresentado à sustentabilidade como uma abordagem sistêmica e transversal, que exige a integração e o equilíbrio entre três dimensões fundamentais: **ambiental**, **social** e **econômica**, podendo ser incluída, ainda, a dimensão **cultural**.

Para organizar o seu aprendizado e proporcionar uma visão abrangente sobre o tema, este módulo está estruturado em duas unidades complementares.

Unidade 1 – Sustentabilidade e Desenvolvimento: Exploraremos os conceitos fundamentais e as distinções práticas entre o processo de **desenvolvimento sustentável** e o objetivo final da **sustentabilidade**. Você fará uma imersão na construção histórica da governança ambiental e conhecerá detalhadamente a Agenda 2030 e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um pacto global para erradicar a pobreza e proteger o planeta. Também discutiremos o papel dos critérios ESG no mundo corporativo e a importância da corresponsabilidade entre indivíduos, sociedade civil, mercado e instituições de ensino no alcance dessas metas globais.

Unidade 2 – Responsabilidade Ambiental e Caminhos para o Futuro: Avançaremos para a compreensão das complexas relações estruturais entre economia, meio ambiente e sociedade. Analisaremos a crise ambiental contemporânea — evidenciada por eventos climáticos extremos e pelo esgotamento das fronteiras planetárias — e os desafios da governança climática global, incluindo os debates das Conferências das Partes (COPs). Para finalizar, introduziremos o conceito de inovação responsável, demonstrando que o verdadeiro avanço tecnológico não busca apenas eficiência, mas exige reflexão ética, inclusão social e respeito aos limites da



Descrição da imagem: Blocos de madeira com ícones de sustentabilidade: reciclagem, eólica, planeta e mãos dadas.

Fonte: [Magnific](#)



natureza.

A sustentabilidade não é apenas um conceito teórico, mas um compromisso ativo com as presentes e futuras gerações. Convidamos você a mergulhar neste material, engajar-se nas leituras propostas e iniciar seus estudos com um olhar crítico e transformador.

Vamos lá!



Unidade 1

Sustentabilidade e Desenvolvimento

Você já refletiu sobre como suas escolhas diárias podem impactar o planeta e a sociedade? Quando pensamos em sustentabilidade, é comum associarmos o conceito apenas à preservação ambiental, como separar resíduos ou economizar água e energia.

Para iniciarmos nossa jornada, é fundamental superarmos este senso comum de que “sustentabilidade” é sinônimo apenas de “preservação da natureza”. No contexto institucional e acadêmico contemporâneo, a sustentabilidade é compreendida como uma **abordagem sistêmica e transversal**, que integra dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais para orientar decisões responsáveis no longo prazo.



Descrição da imagem: Mãos dadas pelos pulsos, formando um círculo unido sob a luz do sol, sobre grama verde.

Fonte: [Magnific](#)

3.1.1 Conceitos fundamentais: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável

Embora muitas vezes sejam usados como sinônimos, esses termos apresentam diferenças importantes.

O **desenvolvimento sustentável** é o processo de transformação. Sua definição clássica, consolidada no [Relatório Brundtland](#) (1987), estabelece que este é o modelo que “busca suprir as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades” (Organização Das Nações Unidas, 1987 apud Silva, 2018, p. 659).

A **sustentabilidade** pode ser entendida como o objetivo final do desenvolvimento sustentável. A Norma ABNT PR 2030, referência técnica brasileira sobre o tema, define sustentabilidade como o:



“Estado do sistema global, incluindo os aspectos ambientais, sociais e econômicos, no qual as necessidades do presente são atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2022, p. 8).



Pode-se considerar que o Desenvolvimento Sustentável corresponde ao processo de transformação necessário para conciliar crescimento e preservação, enquanto a sustentabilidade representa o estado desejado, em que as dimensões que a compõem se equilibram de forma duradoura, garantindo a satisfação das necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. Portanto, a sustentabilidade é o objetivo do desenvolvimento sustentável (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2022, p. 8).

Para que o desenvolvimento seja efetivo, ele não pode ocorrer de forma fragmentada. É preciso compreendê-lo como um processo integrado, no qual as diferentes **dimensões** da vida humana se articulam e se influenciam mutuamente.

Essa mesma lógica se aplica à sustentabilidade. Ela não pode ser entendida de maneira isolada ou setorial, mas exige uma visão sistêmica, baseada na interdependência entre seus diversos componentes. A sustentabilidade se concretiza justamente na articulação equilibrada das seguintes dimensões.

a) Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental da sustentabilidade refere-se à conservação dos recursos naturais e à manutenção dos sistemas ecológicos que sustentam a vida. Envolve práticas voltadas à preservação da biodiversidade, ao uso racional da água, do solo e da energia, bem como à redução da poluição e das emissões que contribuem para as mudanças climáticas. Trata-se de assegurar que os limites ecológicos do planeta sejam respeitados, garantindo equilíbrio entre desenvolvimento humano e integridade ambiental.

A exploração excessiva dos recursos naturais tem provocado impactos significativos, como perda da biodiversidade, degradação dos ecossistemas e escassez hídrica. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável exige a adoção de modelos produtivos mais responsáveis, baseados em inovação tecnológica, eficiência energética e transição para fontes renováveis, promovendo a regeneração ambiental e a proteção dos ecossistemas para as gerações presentes e futuras.

b) Dimensão Social

A sustentabilidade social está diretamente relacionada à promoção da qualidade de vida, à redução das desigualdades e ao fortalecimento dos direitos humanos. Uma sociedade sustentável é aquela que assegura acesso à educação, saúde, trabalho digno, segurança e participação cidadã, garantindo condições mínimas para o exercício pleno da cidadania e da dignidade humana.

Essa dimensão envolve também o enfrentamento das desigualdades estruturais, incluindo disparidades econômicas, raciais, de gênero e de acesso a direitos básicos.

A Agenda 2030 reforça que o desenvolvimento sustentável somente será alcançado quando todas as pessoas tiverem oportunidades equitativas, consolidando o compromisso global com a inclusão social, a justiça e a construção de sociedades mais resilientes e democráticas.

c) Dimensão Econômica

A dimensão econômica da sustentabilidade trata da alocação eficiente de recursos para promover prosperidade compartilhada, indo além da lógica do lucro imediato. Propõe a construção de modelos produtivos capazes de gerar crescimento, inovação e geração de renda sem comprometer os recursos ambientais e sociais, integrando responsabilidade econômica e compromisso socioambiental.

Historicamente, o crescimento econômico esteve associado ao aumento da exploração ambiental e ao aprofundamento das desigualdades sociais. O desenvolvimento sustentável surge como alternativa a esse modelo, incentivando práticas como economia circular, produção limpa, responsabilidade corporativa e consumo consciente, de modo a conciliar eficiência econômica, justiça social e equilíbrio ecológico.

Como demonstrado anteriormente, no campo dos estudos sobre sustentabilidade o modelo mais amplamente difundido estrutura-se nas dimensões ambiental, social e econômica, reconhecidas como os três pilares centrais do desenvolvimento sustentável. Entretanto, algumas correntes teóricas defendem a ampliação desse modelo, incorporando outras dimensões analíticas, entre elas a **cultural**, a partir de uma visão mais complexa e pluridimensional do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, autores como Ignacy Sachs destacam que o desenvolvimento não pode ser compreendido apenas sob o prisma econômico, mas como um processo que envolve múltiplas dimensões. Ao sintetizar essa evolução conceitual, o autor afirma que, ao longo das décadas, o conceito passou a incorporar novas esferas analíticas, tornando-se “um conceito pluridimensional, mediante acréscimo à dimensão econômica as dimensões social, política, cultural e ambiental” (Sachs, 2005, p. 158). Sob essa ótica teórica, a cultura é reconhecida como componente relevante na formulação de projetos de desenvolvimento, ainda que não integre formalmente o modelo clássico tripartite da sustentabilidade.



Fonte: GOVBA

Ignacy Sachs (1927–2023) foi um economista polonês-francês e pioneiro da ecossocioeconomia. Defendia o desenvolvimento pautado no equilíbrio entre crescimento financeiro, justiça social e sustentabilidade ambiental.



A **dimensão cultural da sustentabilidade**, nesse viés interpretativo, envolve o respeito às identidades culturais, aos saberes tradicionais e à diversidade de modos de vida, reconhecendo que valores, crenças e práticas sociais influenciam diretamente os padrões de consumo e as formas de relação com o meio ambiente. Valorizar a diversidade cultural fortalece a cidadania e contribui para a construção de soluções sustentáveis mais inclusivas e contextualizadas. A educação desempenha papel fundamental nesse processo ao promover conscientização ambiental e social.

Simultaneamente, o reconhecimento dos saberes tradicionais — especialmente de povos indígenas e comunidades tradicionais — evidencia práticas historicamente associadas ao manejo sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido:



“(…) a sustentabilidade cultural pode referir-se tanto à proteção do patrimônio cultural local quanto ao processo de adaptação da cultura local às transições renovadoras em direção a práticas e a um futuro mais sustentáveis. Dessa forma, a sustentabilidade cultural adquire uma posição importante no equilíbrio entre continuidade e desenvolvimento, de modo a adequar-se aos recursos humanos locais e à sua capacidade de crescimento” (Järvelä, 2023, p. 4, tradução nossa).

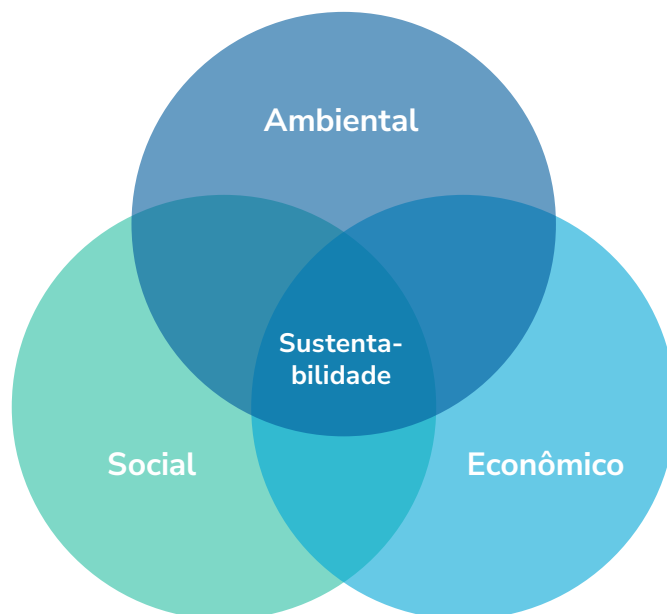
Complementarmente, sobre o potencial transformador desses conhecimentos locais, destaca-se que:



“(…) no início do século XXI, passou-se a reconhecer de forma mais evidente que os povos indígenas podem deter conhecimentos locais valiosos, não apenas para ampliar a diversidade cultural, mas também para fornecer elementos de saber prático que podem contribuir efetivamente para a transformação dos modos de vida em direção a padrões de consumo mais frugais e equilibrados, bem como a meios de subsistência mais sustentáveis” (Järvelä, 2023, p. 5, tradução nossa).

Dessa forma, dentro dessa corrente teórica que amplia o escopo tradicional da sustentabilidade, a cultura deixa de ser vista apenas como patrimônio estático a ser preservado e passa a ser compreendida como um recurso dinâmico de adaptação. Assim, embora a dimensão cultural não componha oficialmente o tripé econômico-ambiental-social, ela é reconhecida por determinadas abordagens acadêmicas como um fator transversal que orienta valores, comportamentos e formas de organização social, influenciando diretamente a maneira como sociedade e economia se relacionam com o meio ambiente.

Na década de 1990, John Elkington formulou o conceito do **TBL – Triple Bottom Line** (Tripé da sustentabilidade).



Elkington defende que o desempenho de uma organização não deve ser avaliado apenas pelo lucro, mas pelo equilíbrio entre três dimensões interdependentes: Pessoas (social), Planeta (ambiental) e Lucro (econômico). Representadas de forma integrada, essas dimensões se sobrepõem e demonstram que a sustentabilidade emerge justamente da articulação entre impacto social positivo, responsabilidade ambiental e viabilidade econômica.

O que é ESG e qual sua relação com a sustentabilidade? No mundo corporativo e institucional, você encontrará com frequência a sigla **ESG**, do inglês Environmental, Social and Governance, traduzida como Ambiental, Social e Governança”. É importante não confundir os meios com o fim.

Enquanto a **sustentabilidade** é o objetivo amplo de equilíbrio global, o **ESG** é um conjunto de critérios e ferramentas de gestão para alcançar esse objetivo, focando na mitigação de riscos e na geração de valor.

A inclusão do “G” (Governança) é vital, pois é a governança que garante a transparência e a ética necessárias para que as dimensões ambiental, social e econômica sejam respeitadas na tomada de decisão. Segundo a ABNT PR 2030:



“ESG [é o] conjunto de critérios ambientais, sociais e de governança, a serem considerados, na avaliação de riscos, oportunidades e respectivos impactos, com objetivo de nortear atividades, negócios e investimentos sustentáveis” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2022, p. 6).



Atenção para não confundir!

O TBL (*Triple Bottom Line*) é uma filosofia de gestão que equilibra as dimensões econômica, social e ambiental, com foco no sucesso organizacional de longo prazo

O ESG é uma abordagem voltada ao mercado, baseada em indicadores ambientais, sociais e de governança para orientar decisões e gerir riscos.

Sustentabilidade na gestão universitária: o caso da UFMS

Conforme discutido anteriormente, a consolidação da sustentabilidade nas organizações depende de instrumentos de governança capazes de orientar decisões, definir responsabilidades e integrar princípios socioambientais aos processos institucionais. Nas universidades, esse papel é desempenhado por políticas institucionais que articulam ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Na UFMS, esse compromisso foi formalizado por meio da [Política de Sustentabilidade](#), instituída pela Resolução nº 430 do Conselho Universitário, de 28 de agosto de 2025. O documento estabelece princípios, diretrizes e mecanismos institucionais voltados à incorporação da sustentabilidade na gestão universitária, alinhando as ações da instituição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como aos instrumentos de planejamento institucional, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Entre seus princípios orientadores destacam-se a transparência, a equidade, a inclusão social, a valorização do conhecimento científico e a promoção de práticas sustentáveis, orientando a atuação institucional de forma integrada e responsável.

Importante destacar que, desde sua primeira instituição em 2019, a Política de Sustentabilidade da UFMS passou por sucessivos processos de revisão, sendo a versão atual sua terceira atualização. Esse processo de aprimoramento contínuo evidencia o caráter dinâmico da sustentabilidade, que demanda constante atualização das estratégias institucionais diante das transformações sociais, ambientais e econômicas. Ao institucionalizar esses princípios, a UFMS busca fortalecer uma cultura organizacional comprometida com o uso responsável de recursos e com a contribuição da universidade para o desenvolvimento sustentável da sociedade.



3.1.2 Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O debate sobre sustentabilidade não é recente, mas resultado de uma construção histórica que ganhou força na segunda metade do século XX, à medida que a sociedade começou a se perceber como parte integrante do meio ambiente e suscetível às consequências de sua degradação.

1962

Marcos importantes incluem a publicação de “**Primavera Silenciosa**” (*Silent Spring*) por [Rachel Carson](#) em 1962. A obra de Carson foi fundamental para fundar a consciência ambiental moderna ao alertar sobre os perigos dos pesticidas agrícolas sintéticos (como o DDT) para os seres vivos e o meio ambiente, levando ao banimento dessas substâncias em diversos países.

1968

Pouco depois, em 1968, foi fundado o **Clube de Roma** por industriais e cientistas para debater política, economia e meio ambiente. Em 1972, este grupo, em parceria com pesquisadores do MIT, publicou o relatório “[Os Limites do Crescimento](#)”. O documento utilizou modelos computacionais para prever um colapso planetário caso as taxas de crescimento econômico e populacional continuassem a explorar recursos naturais finitos de forma exponencial, desafiando a ideia de crescimento contínuo.

1972

A discussão amadureceu institucionalmente com a [Conferência de Estocolmo](#) (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano) em 1972. Foi o primeiro grande encontro internacional a tratar da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, resultando na Declaração de Estocolmo e na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

1987

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por [Gro Harlem Brundtland](#), publicou o relatório “**Nosso Futuro Comum**” ([Relatório Brundtland](#)). Este documento foi um divisor de águas ao definir formalmente o conceito de **desenvolvimento sustentável**: aquele que “busca suprir as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades”.

1992

Esse conceito se consolidou definitivamente na **ECO-92** (ou [Rio-92](#)), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Conhecida como Cúpula da Terra, a conferência gerou documentos essenciais como a **Agenda 21**, um vasto plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente. Além disso, resultou em convenções importantes sobre biodiversidade, mudanças climáticas e desertificação.

2000

Posteriormente, na [Cúpula do Milênio](#) em 2000, foram estabelecidos os **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**. Eram 8 objetivos com 21 metas focados principalmente na erradicação da extrema pobreza e fome, com prazo até 2015. Embora tenham obtido progressos, os ODMs tinham um enfoque descendente (top-down) e eram voltados majoritariamente para os países em desenvolvimento.



2012

A transição para a atual agenda começou na Conferência [Rio+20](#) (2012), onde se avaliou que, apesar dos avanços, novas medidas eram necessárias. Foi lá que se iniciou o processo de discussão para criar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como sucessores dos ODMs.

2015

Esse processo culminou na adoção da **Agenda 2030** em 2015, um plano de ação global subscrito por 193 países. Diferente dos ODMs, a Agenda 2030 e seus **17 ODS** são universais (aplicam-se a todas as nações), integrados e indivisíveis, equilibrando as dimensões econômica, social e ambiental sob o lema “ninguém será deixado para trás”.

O que é a Agenda 2030?

A **Agenda 2030** é um plano de ação global adotado em setembro de 2015 pelos 193 Estados-membros da ONU, durante a **Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável**. Intitulado oficialmente **“Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”**, este documento estabelece um compromisso universal para erradicar a pobreza em todas as suas formas, proteger o planeta e assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de paz e prosperidade, sob o lema central de que “ninguém será deixado para trás”.

A Agenda reafirma que o desenvolvimento sustentável depende da integração entre crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental, organizando-se em torno dos chamados 5 Ps: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias. Como destaca o **“Guia Agenda 2030 - integrando ODS, educação e sociedade”**, trata-se de “um plano de ação para pessoas e para o planeta, com base em parcerias que promovam a paz e a prosperidade (5P)”, evidenciando seu caráter transversal e cooperativo.

Agenda 2030 da ONU
Guia Agenda 2030 da UNESP

A estrutura da Agenda transcende a visão tradicional de sustentabilidade ao basear-se em cinco áreas-chave, conhecidas como os **5 Ps**.



Fonte: Adaptado de Movimento Nacional ODS

O que são os ODS?

A Agenda 2030 é composta por **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e **169 metas**, que não apenas sucederam, mas ampliaram significativamente o escopo e a ambição dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Enquanto os ODMs (2000–2015) possuíam um enfoque “descendente” (*top-down*), voltado majoritariamente para os países em desenvolvimento e focado na redução da pobreza extrema, os ODS são universais, aplicáveis a todos os países, e foram construídos a partir de um processo de consulta global iniciado na Rio+20 (2012), envolvendo governos, sociedade civil, setor privado e academia.

Cada ODS é detalhado por metas específicas, mensuráveis e interligadas, que traduzem os grandes compromissos políticos em resultados concretos a serem alcançados até 2030. Essas metas abrangem desde a erradicação da pobreza e a garantia de direitos sociais básicos até mudanças estruturais nos padrões de produção e consumo, enfrentamento das mudanças climáticas, promoção da paz e fortalecimento das instituições. Os objetivos devem ser implementados de forma integrada, explorando as sinergias entre eles e articulando ações locais e globais (Cabral; Galvão, 2024).

As metas funcionam como desdobramentos operacionais dos ODS: definem prioridades, orientam políticas públicas, subsidiam a formulação de indicadores e permitem o monitoramento dos avanços. Não se limitam a intenções genéricas, mas estabelecem compromissos concretos — como assegurar acesso universal a serviços essenciais, reduzir desigualdades estruturais, ampliar a proteção social e fortalecer mecanismos de governança. Nesse sentido, elas conectam planejamento, gestão e avaliação, sendo instrumentos centrais para territorializar a Agenda 2030.



No contexto brasileiro, destaca-se a criação do [ODS 18: Igualdade Étnico-Racial](#), uma iniciativa voluntária e pioneira do Estado brasileiro que coloca o enfrentamento ao racismo e às discriminações étnico-raciais no centro da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável. O ODS 18 reconhece que a igualdade





racial é condição essencial tanto para a consolidação da democracia quanto para o pleno alcance da Agenda 2030, ao afirmar que não há desenvolvimento sustentável sem justiça social e equidade.

Suas metas buscam enfrentar o racismo estrutural, promover a equidade étnico-racial, assegurar direitos da população negra e fortalecer políticas públicas de inclusão, reconhecendo que as desigualdades raciais atravessam dimensões como renda, educação, saúde, acesso à terra e representação política. Assim, o ODS 18 reforça o princípio de que o desenvolvimento sustentável, para ser efetivo, deve incorporar a justiça racial como eixo estruturante das políticas públicas e das estratégias institucionais.

Liderada pela Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS) e coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, a iniciativa estabelece como diretriz a eliminação do racismo e da discriminação contra povos indígenas e afrodescendentes, enfrentando as múltiplas formas de desigualdade e garantindo que grupos historicamente vulnerabilizados não fiquem para trás.

Os ODS na UFMS: monitoramento, formação e engajamento

Dentro dessa conjuntura, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul já incorporou o ODS 18 em seus projetos, disciplinas e relatórios de sustentabilidade, reafirmando seu compromisso com ações afirmativas, políticas de inclusão e práticas institucionais que promovam justiça racial no ambiente acadêmico e na sociedade.

A UFMS desenvolve iniciativas voltadas à integração dos ODS em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Essas ações são acompanhadas por instrumentos que promovem transparência, formação e engajamento da comunidade universitária.

Relatório dos ODS da UFMS

Documento bilíngue publicado anualmente que reúne ações, indicadores, projetos e resultados da universidade alinhados à Agenda 2030, permitindo acompanhar a evolução do compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável. [Saiba mais!](#)

Curso Formação de Multiplicadores dos ODS

Curso gratuito, com certificação, voltado à capacitação de estudantes, servidores e membros da sociedade para compreender os ODS, aplicar práticas sustentáveis em seus contextos e disseminar esse conhecimento em suas comunidades. [Saiba mais!](#)



3.1.3 Corresponsabilidade pela Agenda 2030: o papel de indivíduos, instituições e sociedade

Para compreender plenamente a Agenda 2030, é preciso reconhecê-la não apenas como um plano técnico, mas como um pacto global de **corresponsabilidade**. O documento que rege a Agenda (Transformando Nosso Mundo) ressalta que o alcance dos ODS depende da cooperação entre governos, setor produtivo, instituições científicas e sociedade civil, em diferentes escalas. Ao propor uma Parceria Global revitalizada, baseada na solidariedade e na cooperação internacional (ONU, 2015), o texto evidencia que a sustentabilidade exige compromisso permanente e coordenação de esforços para gerar mudanças estruturais duradouras.



Descrição da imagem: Homem e mulher sorriem ao redor de um mapa sobre uma mesa de madeira ao ar livre. Alguém segura uma caneta roxa sobre o mapa.

Fonte: [Magnific](#)

A implementação da Agenda 2030 ocorre dentro de uma **estrutura multinível de governança**, na qual diferentes atores desempenham papéis complementares.

Estrutura de governança global e nacional

No plano internacional, a **Organização das Nações Unidas** atua como articuladora e monitora do processo, promovendo o diálogo global, estabelecendo diretrizes e acompanhando o cumprimento das metas por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação, sem impor políticas aos países. Sobre a importância dessas métricas globais para a coordenação internacional, o Ipea observa:



“As metas e os indicadores globais são fundamentais para assegurar a coordenação, a comparabilidade e o monitoramento dos progressos dos países em relação ao alcance dos ODS, por parte da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal acompanhamento permite a essa instituição identificar os países e as áreas temáticas que necessitam de maior assistência dos organismos internacionais e de maior cooperação para o desenvolvimento” (IPEA, 2018, p. 13).

Governança nacional

Os governos nacionais assumem responsabilidade central na implementação da Agenda, adaptando as metas globais às realidades locais, formulando políticas públicas, criando legislações e garantindo financiamento para programas sociais, ambientais e econômicos.

Governança local

Governos estaduais e municipais desempenham papel essencial, pois é no território local que as políticas se concretizam, especialmente em áreas como saneamento, mobilidade urbana, planejamento territorial e gestão de resíduos sólidos. A necessidade de integração entre os entes federados é ressaltada no documento de adequação das metas brasileiras:



“Ademais, na Federação brasileira, os compromissos com os ODS e com a implementação das políticas públicas requeridas para o seu alcance precisam ser assumidos e implementados nas suas três esferas: União, estados e municípios. É necessário, portanto, adaptar as metas de tal forma que os entes federados se sintam contemplados nas prioridades nacionais” (IPEA, 2018, p. 13).

Assim, a governança da Agenda 2030 no Brasil depende diretamente dessa articulação federativa, garantindo que as prioridades nacionais sejam traduzidas em ações concretas na ponta, onde a vida do cidadão acontece.

Diversas organizações e organismos nacionais e internacionais acompanham a implementação da Agenda 2030 por meio de relatórios periódicos, painéis estatísticos e plataformas públicas de dados. Esses instrumentos garantem transparência, comparabilidade internacional e apoio à formulação de políticas baseadas em evidências.

United Nations Statistics Division	Portal global de dados dos ODS. Saiba mais!
Nações Unidas Brasil	Informações e relatórios sobre os ODS no Brasil. Saiba mais!
UNESCO	Global Education Monitoring Report (ODS 4) Saiba mais! .
Organização Mundial da Saúde	Relatórios e indicadores relacionados ao ODS 3. Saiba mais!
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	Portal de dados dos ODS ligados à segurança alimentar e agricultura. Saiba mais!
ODS Brasil	Relatórios e indicadores nacionais. Saiba mais!
Relatórios Nacionais Voluntários (RNV) do Brasil	Relatório do país apresentado à ONU. Saiba mais!



Instituto Cidades Sustentáveis	Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC). Saiba mais!
Selo ODS Educação	O Selo ODS Educação é uma certificação nacional que reconhece instituições de ensino e projetos educacionais alinhados aos ODS. Saiba mais!

As diretrizes da ONU e as políticas governamentais precisam aterrissar na nossa realidade mais próxima. É no dia a dia das nossas casas, das salas de aula, dos movimentos sociais e dos negócios que a corresponsabilidade se transforma em ações práticas. Explore como cada um desses atores locais contribui para os ODS:

1. Setor produtivo

O **setor produtivo** ocupa posição estratégica na implementação da Agenda 2030, influenciando diretamente os modelos de produção, consumo e inovação tecnológica. Empresas de diferentes portes são reconhecidas como agentes fundamentais para a geração de empregos, desenvolvimento econômico e transformação social.

A Agenda 2030 propõe uma mudança estrutural no papel das **organizações empresariais**, incentivando práticas produtivas sustentáveis e responsáveis, como a adoção de tecnologias limpas, cadeias produtivas éticas e critérios socioambientais na gestão corporativa. Além disso, o setor privado possui responsabilidade na promoção do trabalho decente, combate ao trabalho infantil e garantia de condições dignas de trabalho, assumindo, assim, papel social relevante na construção do desenvolvimento sustentável.

2. Sociedade civil

A **sociedade civil** organizada exerce papel fundamental no fortalecimento da Agenda 2030, atuando como agente de mobilização social, monitoramento de políticas públicas e defesa dos direitos humanos. **Organizações não governamentais, movimentos sociais e coletivos comunitários** ampliam a participação social, especialmente representando grupos historicamente vulnerabilizados, como povos indígenas, populações tradicionais e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

3. Comunidade científica e acadêmica

A **comunidade científica e acadêmica** fornece base científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável. **Universidades e instituições de ensino superior** produzem conhecimento, formam profissionais comprometidos com a sustentabilidade e desenvolvem soluções inovadoras para desafios socioambientais, inte-



grando ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional na implementação dos ODS.

Como destaca Moura-Leite (2023), fundamentada nas diretrizes da SDSN (2017), as Instituições de Ensino Superior podem contribuir para os ODS proporcionando soluções, conhecimento e ideias inovadoras, formando os atuais e futuros executores e responsáveis pela implementação dos ODS e servindo como modelo na governança e cultura institucional, evidenciando, assim, o papel transformador dessas instituições na consolidação de uma agenda orientada à sustentabilidade.

4. Cidadãos

A Agenda 2030 reconhece o papel fundamental dos **indivíduos** no desenvolvimento sustentável, que depende da transformação de valores, hábitos de consumo e formas de participação política. As escolhas individuais, como consumo consciente, redução do desperdício, uso responsável de recursos naturais e valorização da diversidade cultural, contribuem diretamente para sociedades mais sustentáveis.

Além disso, a **participação cidadã** em processos democráticos, como eleições, conselhos comunitários e iniciativas sociais, fortalece a governança participativa e amplia o controle social sobre políticas públicas. Dessa forma, pequenas mudanças comportamentais, quando realizadas coletivamente, podem gerar impactos significativos e duradouros na sociedade.

Depois de compreender o papel de diferentes atores na Agenda 2030, podemos observar como essa corresponsabilidade se manifesta no contexto universitário. A UFMS oferece exemplos de iniciativas institucionais que articulam gestão, cidadania, sustentabilidade e enfrentamento de desafios socioambientais.

Exemplo institucional: a UFMS na Agenda 2030

A corresponsabilidade pela Agenda 2030 também se expressa nas práticas institucionais das universidades. No caso da UFMS, diferentes iniciativas articulam cidadania, inclusão, sustentabilidade, gestão ambiental e enfrentamento das mudanças climáticas, demonstrando como a universidade pode atuar como espaço de formação, pesquisa, inovação e experimentação de soluções sustentáveis.



Foto: Sala Verde / Agecom-UFMS



PROCIDS

A **Pró-Reitoria de Cidadania e Sustentabilidade** articula políticas institucionais relacionadas à cidadania, inclusão, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. Sua atuação contribui para integrar ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária em torno de uma cultura institucional comprometida com o desenvolvimento sustentável.

[Conheça a PROCIDS](#)

[Saiba mais!](#)

Plano de Logística Sustentável

O **Plano Diretor de Logística Sustentável** orienta práticas de gestão voltadas ao uso eficiente de recursos, à racionalização do consumo, à definição de metas e indicadores e à promoção de ações de educação socioambiental na administração universitária.

[Conheça o Plano](#)

UFMS Carbono Neutro

O **Programa UFMS Carbono Neutro** é voltado ao monitoramento, à redução e à compensação das emissões de gases de efeito estufa associadas às atividades da universidade. A iniciativa contribui para alinhar a gestão universitária aos desafios climáticos contemporâneos.

[Conheça o Programa](#)

Plano de Manejo

O **Plano de Manejo da Área de Preservação da Cidade Universitária** organiza o uso, a proteção e a governança de áreas naturais presentes no câmpus, estabelecendo programas e ações voltados à conservação ambiental.

[Conheça o Plano](#)

Unidade 2

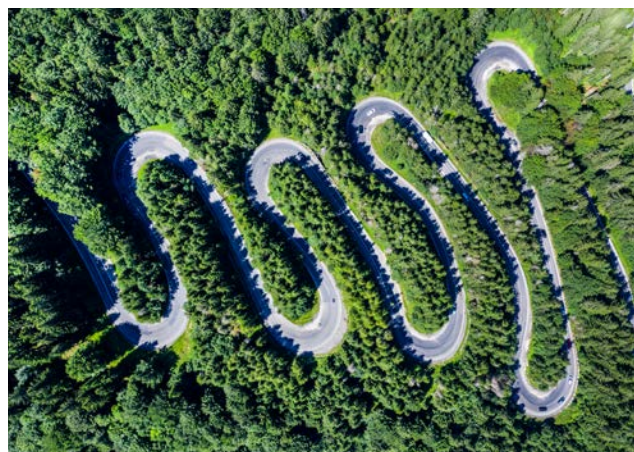
Responsabilidade Ambiental e Caminhos para o Futuro

A compreensão das relações entre economia, meio ambiente e sociedade exige superar abordagens fragmentadas que tratam essas dimensões como esferas independentes. Ao contrário, trata-se de um sistema interdependente no qual decisões econômicas produzem impactos ambientais e sociais, enquanto limites ecológicos condicionam possibilidades de desenvolvimento. A sustentabilidade emerge, portanto, como conceito estruturante de reorganização civilizatória.

O modelo de crescimento consolidado a partir da Revolução Industrial foi orientado pela lógica da expansão produtiva contínua, baseada na exploração intensiva de recursos naturais e na ampliação dos mercados consumidores. Esse paradigma gerou avanços tecnológicos significativos, aumento da expectativa de vida e ampliação do acesso a bens e serviços. Entretanto, também produziu desigualdades persistentes e pressões ambientais crescentes. A noção clássica do “tripé da sustentabilidade” — economia, sociedade e meio ambiente — tornou-se amplamente difundida como tentativa de harmonização desses elementos. Contudo, a experiência histórica revela que tal equilíbrio não ocorre automaticamente.

3.2.1 Relações entre economia, meio ambiente e sociedade

Ao analisarem essa metáfora, Martine e Alves (2015) observam que o discurso do tripé tende a ocultar conflitos estruturais entre crescimento econômico e conservação ambiental. Para os autores, a sustentabilidade deve ser entendida como um “trilema”, pois frequentemente a expansão de uma dimensão ocorre em detrimento das demais. Essa tensão estrutural indica que escolhas políticas e redefinições institucionais são inevitáveis quando se busca compatibilizar prosperidade econômica, justiça social e integridade ecológica.



Descrição da imagem: Vista aérea de estrada sinuosa cercada por floresta densa e verde.

Fonte: [Magnific](#)



Prosperidade Econômica



Justiça Social



Integridade Ecológica



As abordagens de ‘modernização ecológica’ focam em ganhos de eficiência e novos mercados, tratando a crise como um problema técnico.

No entanto, essa visão ignora que os danos ambientais não atingem a todos de forma igual, havendo uma desigualdade objetiva na exposição aos riscos (Acselrad, 2002). Grupos com menor poder político e econômico — como minorias étnicas e populações de baixa renda — suportam o ônus ambiental do desenvolvimento, o que demonstra que a poluição não é ‘democrática’ (Acselrad, 2010).

Para que a justiça social mencionada neste trilema seja efetiva, é fundamental incorporar a perspectiva da **justiça climática**.

A justiça climática demanda que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional das consequências negativas de decisões econômicas ou da omissão de políticas. Ela denuncia a lógica da ‘chantagem locacional’, em que o capital se aproveita da vulnerabilidade social para impor práticas poluentes a comunidades menos organizadas. Assim, o enfrentamento da crise climática exige que a sustentabilidade garanta a proteção prioritária aos mais vulneráveis e o acesso equitativo aos recursos ambientais (Acselrad, 2010). [Saiba mais!](#)

Nesse sentido, a economia não pode ser concebida como sistema autônomo, ignorando os ciclos da natureza. Ao discutirem o compromisso com a questão ambiental, Albach e Moura (2025) enfatizam a necessidade de uma ruptura na consciência coletiva para compreender que a natureza possui ciclos próprios que não podem ser ignorados em favor da expansão econômica. Conforme destacam as autoras:



“É fundamental que haja o entendimento, por parte da população, de que não podemos mais submeter a natureza às leis do mercado, sem considerar suas leis e ciclos naturais. Portanto, é o momento de pensarmos nos limites da exploração e expansão do capital e passarmos a ter a questão ambiental como centro para a sobrevivência da humanidade” (Albach; Moura, 2025, p. 77).

Essa perspectiva reforça a ideia de que sustentabilidade não é apenas estratégia de mitigação de impactos, mas **reorganização estrutural do modelo produtivo**.

A incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas também depende de **transformação institucional**. A governança sustentável exige articulação entre políticas públicas, planejamento estratégico e participação social. A fragmentação administrativa tradicional dificulta respostas integradas a problemas complexos, como mudanças climáticas e desigualdade socioambiental. Ao refletirem sobre novos paradigmas de governança, Glaserapp e Cruz (2013) defendem a construção de arranjos institucionais capazes de integrar dimensões econômicas, sociais e ambientais, superando a lógica setorial que caracteriza o modelo de gestão pública convencional.



Descrição da imagem: Pessoas manuseiam maquete com mini turbinas eólicas e painéis solares sobre mapa com áreas verdes e lagos azuis.

Fonte: [Magnific](#)



“A governança ambiental, social e econômica, pressuposto básico para o alcance da sustentabilidade, pode ter muitas estratégias (institucionais ou não), com espaços de negociação, práticas educativas e participação da sociedade civil, ferramentas que visam a contribuir para o processo de construção de tomada de decisão compartilhada” (Glaserapp; Cruz, 2013, p. 224).

Essa integração é igualmente necessária no campo tecnológico. A inovação tem sido frequentemente apresentada como solução para os desafios ambientais, especialmente por meio da chamada economia verde. Contudo, a literatura aponta que a eficiência tecnológica, isoladamente, não garante sustentabilidade. A análise de Fonseca (2012) demonstra que os ganhos de eficiência podem ser anulados por aumento do consumo, caso não haja mudanças nos padrões culturais e regulatórios. Assim, inovação sustentável exige combinação entre tecnologia, regulação e transformação social.

Essa necessária convergência entre o avanço técnico e a mudança de comportamento pode ser compreendida à luz da concepção de **ecodesenvolvimento** proposta por Sachs (2008). Ao analisar os caminhos para um desenvolvimento sustentável, o autor sustenta que a inovação não deve ser reduzida à mera eficiência no uso de recursos ou ao aumento da produtividade, mas orientada por um planejamento

estratégico capaz de articular, de forma integrada, as dimensões social, ambiental e econômica. Nessa perspectiva, o progresso técnico precisa estar vinculado a reformas institucionais e a políticas públicas que direcionem a inovação para o atendimento de necessidades sociais reais. Para Sachs, a simples substituição tecnológica é insuficiente se não houver uma redefinição dos padrões de produção e consumo, sob pena de que os ganhos de eficiência resultem apenas na ampliação das pressões sobre os ecossistemas.

No mesmo sentido, investigações sobre **Indústria 4.0** mostram que digitalização, automação e uso de dados podem contribuir para redução de desperdícios e otimização de recursos naturais. Entretanto, a implementação dessas tecnologias depende de planejamento estratégico e governança responsável, sob pena de reproduzir desigualdades existentes (Da Silva; Bruno, 2023). A sustentabilidade tecnológica, portanto, não se limita à eficiência operacional, mas envolve responsabilidade ética e social.

Saiba mais!

O documentário “Amazônia 4.0: The Reset Begins” mostra inovações e caminhos sustentáveis no contexto da Amazônia. [Assista aqui!](#)



Foto: [Imasul](#)

Foto da Inauguração da maior usina fotovoltaica do Centro-Oeste à época, realizada em 1º de dezembro de 2020, no município de Terenos (MS). Com 6 hectares de área ocupada por 16.290 módulos solares e potência instalada de 5,7 MW, a usina da Cassems (Caixa de Assistência dos Servidores de Mato Grosso do Sul) possui capacidade para gerar energia equivalente ao consumo de aproximadamente 7 mil residências populares, destinando a produção à rede hospitalar do Estado.



Essa complexidade evidencia que a sustentabilidade não é estado de equilíbrio estático, mas processo dinâmico de adaptação e transformação. Ao organizarem reflexões sobre desafios ambientais contemporâneos, Brito e Brito (2025) destacam que a **abordagem sistêmica** é condição indispensável para enfrentar problemas interdependentes.



“As múltiplas crises – hídrica, climática, energética, alimentar e de perda de biodiversidade – não podem mais ser compreendidas ou enfrentadas de maneira fragmentada. Exigem abordagens interdisciplinares, inovadoras e integradoras, capazes de articular ciência, tecnologia, saberes tradicionais e práticas sociais em diálogo contínuo” (Brito; Brito, 2025, p. 11).

A Agenda 2030 das Nações Unidas, conforme tratado na Unidade 1 deste módulo, consolida essa visão integrada ao articular os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reconhecendo que erradicação da pobreza, crescimento econômico inclusivo e ação climática são metas **interconectadas**. Essa estrutura rompe com a lógica setorial e propõe abordagem transversal.

No contexto **brasileiro**, a articulação entre economia, meio ambiente e sociedade assume particular relevância devido à riqueza de biodiversidade, à diversidade social e às desigualdades históricas. Políticas públicas voltadas à sustentabilidade precisam equilibrar desenvolvimento produtivo, conservação ambiental e inclusão social. A governança ambiental torna-se, assim, elemento estruturante da estratégia nacional.

As **universidades** ocupam posição estratégica nesse processo, ao promover pesquisa interdisciplinar, formação crítica e extensão comunitária. A integração entre conhecimento científico e demandas sociais fortalece a capacidade institucional de contribuir para transições sustentáveis. Nesse sentido, iniciativas universitárias alinhadas aos ODS consolidam o papel da educação superior como agente transformador. Essa transformação exige, segundo Moura-Leite (2023), que a instituição incorpore os princípios da sustentabilidade de maneira holística. Tal avanço pressupõe que a sustentabilidade deixe de ser um apêndice para se tornar a base de todas as atividades institucionais, integrando desde a metodologia de ensino e processos de aprendizagem até a governança, as operações e a interação com a comunidade.

Portanto, compreender as relações entre economia, meio ambiente e sociedade implica reconhecer sua interdependência estrutural, seus conflitos e suas possibili-



dades de transformação. A sustentabilidade exige decisões políticas, inovação responsável e compromisso ético com as gerações futuras. Não se trata de conciliação superficial entre interesses divergentes, mas de redefinição profunda das bases do desenvolvimento contemporâneo.

Saiba mais!

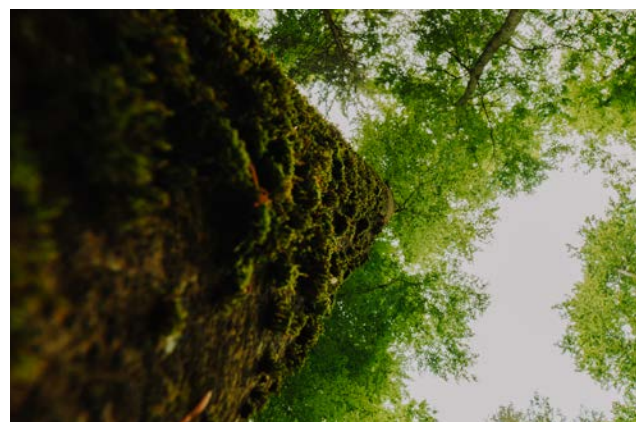


Para compreender melhor os limites da exploração ambiental e a necessidade de uma abordagem sistêmica, conheça o trabalho do Stockholm Resilience Centre sobre as Fronteiras Planetárias. O estudo identifica nove processos essenciais para a estabilidade da Terra e mostra quais já estão em zona de risco. Acesse o site oficial e explore a seção Planetary Boundaries. [Acesse aqui!](#)

No documentário “Rompendo Barreiras: A Ciência do Nosso Planeta”, disponível na Netflix, David Attenborough narra os fundamentos científicos das fronteiras planetárias de forma envolvente. [Assista ao trailer!](#)

3.2.2 Crise ambiental contemporânea e desafios globais

A crise ambiental contemporânea não pode ser compreendida como um fenômeno isolado ou restrito ao campo ecológico. Trata-se de uma crise civilizatória, que evidencia os limites do modelo de desenvolvimento consolidado a partir da Revolução Industrial e intensificado ao longo do século XX. O padrão de crescimento baseado na expansão contínua do consumo, na exploração intensiva de recursos naturais e na dependência de combustíveis fósseis produziu ganhos econômicos significativos, mas também desencadeou profundas alterações nos sistemas climáticos, nos ciclos biogeoquímicos e na biodiversidade.



Descrição da imagem: Vista de baixo de um tronco com musgo que sobe em direção à copa das árvores.

Fonte: [Magnific](#)

Martine e Alves (2015) alertam que a crise ambiental revela as contradições estruturais do modelo econômico dominante, evidenciando que crescimento ilimitado é incompatível com um planeta de recursos finitos. Para os autores, a sustentabilidade não pode ser tratada como simples ajuste marginal do sistema produtivo, mas como redefinição estrutural das bases econômicas e sociais. Nesse sentido, afirmam que “a noção de desenvolvimento sustentável implica reconhecer os li-



mites biofísicos e incorporar as restrições ambientais às estratégias nacionais de desenvolvimento” (Martine; Alves, 2015, p. 448).

A intensificação das mudanças climáticas torna esse reconhecimento ainda mais urgente. Eventos extremos — como secas prolongadas, enchentes, ondas de calor e incêndios florestais — passaram a ocorrer com maior frequência e intensidade, afetando a segurança hídrica, a produção agrícola e a estabilidade econômica. No Brasil, tais impactos têm repercussões diretas sobre o abastecimento urbano, o comércio e a geração de energia.

Incêndios

Os incêndios registrados no Pantanal em 2024 ilustram de forma emblemática essa dinâmica. A combinação entre seca severa, temperaturas elevadas e pressão antrópica sobre o território intensificou a propagação do fogo no bioma, produzindo perdas ambientais significativas e ameaçando comunidades locais e atividades produtivas. A gravidade desses episódios tem sido documentada em produções audiovisuais como o documentário “Fogo Pantanal Fogo”, que evidencia os impactos da seca extrema, das mudanças climáticas e da ação humana sobre o maior bioma do mundo. [Ver documentário!](#)

Enchentes

Da mesma forma, os eventos de precipitação extrema que atingiram o sul do país nos últimos anos revelam a crescente vulnerabilidade das cidades brasileiras diante da instabilidade climática. As enchentes que devastaram diversas regiões do Rio Grande do Sul evidenciaram os efeitos combinados de chuvas intensas, ocupação urbana em áreas de risco e limitações na infraestrutura de drenagem e planejamento territorial. Produções como “Um estado devastado pelas águas” registram os impactos sociais, ambientais e estruturais desses episódios, mostrando como eventos climáticos extremos afetam diretamente populações, infraestrutura urbana e economias regionais. [Ver documentário!](#)

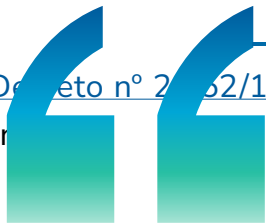
Nesse cenário, ganha centralidade a construção de um regime internacional de enfrentamento da crise climática. Observe os instrumentos relacionados a essa agenda:

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

A governança climática global estrutura-se a partir da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), promulgada no Brasil pelo



[Decreto nº 2.852/1998](#) (Brasil, 1998). O tratado estabelece como objetivo cen-



“(...) a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável” (Brasil, 1998).

Conferências das Partes

A partir do marco jurídico-institucional, consolidou-se um sistema de deliberação multilateral por meio das Conferências das Partes (COPs), que se tornaram o principal fórum de negociação climática internacional. Nessas conferências, interesses econômicos, geopolíticos e energéticos frequentemente entram em tensão, revelando o quão desafiador é estabelecer compromissos vinculantes em um sistema internacional marcado por assimetrias de poder e disputas estratégicas.

Acordo de Paris

O [Acordo de Paris](#), promulgado no Brasil pelo [Decreto nº 9.073/2017](#) (Brasil, 2017), representa um dos avanços mais relevantes desse regime. Ao estabelecer a meta de limitar o aumento da temperatura média global a bem abaixo de 2°C, com esforços para 1,5°C, o acordo introduziu as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) como instrumento central de implementação. Contudo, ao adotar uma lógica baseada em compromissos voluntários definidos por cada Estado, o acordo também evidencia os limites políticos da governança climática global, uma vez que a ambição e a continuidade das metas dependem de decisões soberanas no âmbito doméstico.

Estados Unidos da América

Nesse contexto, a trajetória dos Estados Unidos da América no Acordo de Paris constitui exemplo representativo de como mudanças internas de orientação política podem repercutir sobre compromissos multilaterais. O país formalizou sua saída durante o primeiro governo de Donald Trump, retornou ao acordo na gestão de Joe Biden e posteriormente anunciou nova retirada no segundo mandato de Trump. Essa sequência de decisões demonstra que a permanência em acordos climáticos internacionais pode ser diretamente influenciada por alternâncias de governo, refletindo reorientações estratégicas no plano interno e seus efeitos sobre a cooperação internacional em matéria ambiental.

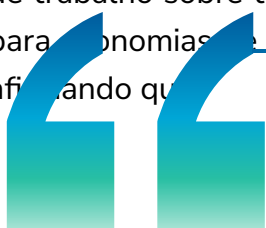


Essa instabilidade política reforça a necessidade de pautar a Justiça Climática no centro das negociações. Diferente de uma visão puramente técnica, a Justiça Climática reconhece que a exposição aos riscos ambientais é socialmente desigual. Como argumenta Acselrad (2010), a proteção ambiental não é uma causa restrita a classes médias urbanas, mas parte integrante das lutas sociais das majorias. Portanto, a governança global não deve apenas buscar metas de temperatura, mas assegurar que o ônus da adaptação não recaia sobre as populações historicamente desfavorecidas e com menor capacidade de mobilidade para escapar aos danos.

Brasil

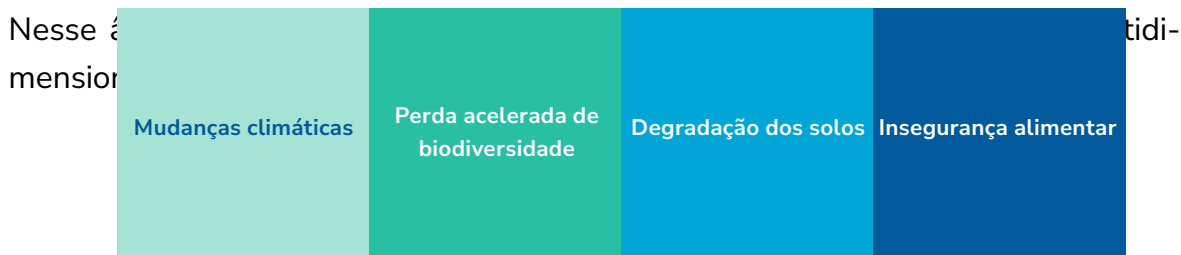
Teixeira e Toni (2022) argumentam que a crise climática redefine a posição estratégica do Brasil no cenário internacional. Segundo as autoras, a política ambiental brasileira tornou-se elemento central das relações comerciais e diplomáticas, especialmente em função da Amazônia e da matriz energética relativamente limpa do país. Sob essa ótica, a governança ambiental converte-se também em fator de competitividade econômica. As autoras destacam que “revela-se relevante [...] uma melhor compreensão do papel da crise ambiental-climática nos novos arranjos geopolíticos globais e a manutenção do equilíbrio de poder entre países” (Teixeira; Toni, 2022, p. 78).

Documentos recentes da própria UNFCCC reforçam que a implementação efetiva das NDCs depende da articulação entre políticas públicas, financiamento climático, inovação tecnológica e mecanismos de monitoramento transparentes. O programa de trabalho sobre transição justa (UNFCCC, 2025a) enfatiza que a transformação para economias de baixo carbono deve considerar impactos sociais e trabalhistas, afirmando que



“A importância dos sistemas de educação e do desenvolvimento de competências, inclusive por meio de qualificação e requalificação profissional que respondam às necessidades do mercado de trabalho, bem como dos direitos trabalhistas e dos sistemas de proteção social, e da consideração do setor informal, da economia do cuidado, das pessoas desempregadas e dos trabalhadores do futuro para assegurar transições justas” (UNFCCC, 2025a, p. 3, tradução nossa).

Essa abordagem amplia a compreensão da crise ambiental ao integrar justiça social, emprego e desenvolvimento regional às estratégias de descarbonização, evidenciando que o desafio não é apenas tecnológico, mas também político e distributivo.



São fenômenos interdependentes que se retroalimentam.

Teixeira e Toni (2022) reforçam a necessidade urgente de enfrentar, de maneira abrangente e sinérgica, essas crises globais interligadas, argumentando que a governança climática atual exige o fortalecimento do multilateralismo e a articulação entre as políticas de conservação e os desafios locais de gestão. Assim, enfrentar a crise demanda uma integração estratégica que supere a fragmentação administrativa e promova um desenvolvimento sustentável que seja, ao mesmo tempo, inclusivo e resiliente.

Além dos desafios técnicos e econômicos, a governança da crise ambiental enfrenta obstáculos políticos e informacionais. A disseminação de desinformação climática fragiliza o debate público e compromete decisões baseadas em evidências científicas, como reconhece a [Declaração sobre a Integridade da Informação sobre Mudança do Clima](#) (Brasil, 2025).

Nesse cenário, o documento “[Mutirão Global: Unindo a humanidade em uma mobilização global contra a mudança do clima](#)” — texto da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2025 (COP30), realizada no Brasil em novembro de 2025, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima — reforça a necessidade de mobilização coletiva internacional. O documento destaca que o enfrentamento da crise climática depende da cooperação entre governos, setor privado, universidades e sociedade civil, embora a convergência entre interesses nacionais e compromissos globais permaneça tensionada por disputas econômicas, energéticas e geopolíticas.

Portanto, a crise ambiental contemporânea deve ser compreendida como um fenômeno estrutural que articula clima, economia, justiça social, inovação tecnológica e governança global. Seu enfrentamento exige integração entre ciência, políticas públicas e cooperação internacional, bem como compromisso ético com as futuras gerações e com a preservação dos limites planetários. Trata-se não apenas de mi-

tigar impactos, mas de reorientar modelos de desenvolvimento em direção a um maior equilíbrio socioambiental e responsabilidade coletiva.

Saiba mais!

A COP30 foi a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Belém, no estado do Pará, Brasil, em 2025, sendo a primeira edição do evento sediada no país. A conferência teve como foco o fortalecimento das metas climáticas globais, a ampliação do financiamento climático e o avanço das discussões sobre transição justa para economias de baixo carbono.

[Site oficial brasileiro da COP30](#)

[Site oficial da COP30 na UNFCCC](#)

[Site oficial da UNFCC](#)

[YouTube da UN Climate Change](#)



A COP15 é a 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), tratado internacional das Nações Unidas que promove a proteção de espécies migratórias e de seus habitats em escala global. A conferência reúne governos, cientistas e organizações da sociedade civil para avaliar o estado de conservação dessas espécies, atualizar listas de proteção e definir ações de cooperação internacional. A edição de 2026 foi realizada em Campo Grande (MS), consolidando o papel do Brasil nas discussões globais sobre biodiversidade e conservação da fauna migratória.

[Site oficial da COP15 na CMS](#)

[Site oficial da CMS](#)

[Página oficial da COP15 no Gov.br](#)

[Portal da COP15 na UFMS](#)





Decreto de Promulgação da Convenção

3.2.3 Inovação responsável e tecnologias sustentáveis

Se a crise ambiental contemporânea apresenta caráter estrutural e sistêmico, as respostas institucionais e tecnológicas também precisam operar nesse mesmo nível de profundidade. Não se trata apenas de ampliar a produção tecnológica orientada pela lógica de mercado, mas de redefinir o próprio sentido social da inovação. A questão central deixa de ser exclusivamente “o que é tecnicamente possível desenvolver?” para tornar-se “para quê, para quem e sob quais consequências estamos inovando?”.

O conceito de inovação responsável emerge desse deslocamento ético e político. Em vez de compreender a inovação como mero avanço técnico ou instrumento de competitividade econômica, essa abordagem a reconhece como processo social permeado por valores, disputas e escolhas normativas. Conforme destacam Stilgoe, Owen e Macnaghten (2013), inovar de forma responsável implica incorporar dimensões de antecipação, reflexividade, inclusão e responsividade ao longo do processo de pesquisa e desenvolvimento. Como afirmam os autores, “inovação responsável significa cuidar do futuro por meio da gestão coletiva da ciência e da inovação no presente” (Stilgoe; Owen; Macnaghten, 2013, p. 1570, tradução nossa).

Essa perspectiva rompe com o pressuposto da neutralidade tecnológica. Fonseca (2012) argumenta que ciência e tecnologia não se desenvolvem de forma isolada da sociedade, mas estão imersas em contextos históricos, políticos e econômicos. Nesse sentido, o autor afirma que “a sociedade constrói a ciência e a tecnologia ao mesmo tempo em que a ciência e a tecnologia constroem a sociedade” (Fonseca, 2012, p. 129).

1. A tecnologia não pode ser reduzida ao artefato técnico; ela envolve sistemas de conhecimento, formas organizacionais e arranjos institucionais que refletem interesses e relações de poder.
2. Osoegawa e Chaves (2024) sustentam que o saber tecnocientífico resulta de relações sociais concretas, sendo atravessado por disputas políticas e culturais. Tal constatação reforça a necessidade de compreender a inovação como



Descrição da imagem: Lâmpada de vidro e pequena planta brotando de solo escuro.

Fonte: [Magnific](#)

sen-



fenômeno socialmente situado, sobretudo quando vinculada à agenda da sustentabilidade.

No campo da sustentabilidade produtiva, a economia verde deve ser compreendida como processo de transição entre regimes tecnológicos. Fonseca (2012) defende que a sustentabilidade constitui um desafio tecnológico que exige políticas públicas capazes de induzir mudanças estruturais nos sistemas de produção e consumo. Não se trata apenas de promover melhorias incrementais — como aumento de eficiência energética ou redução de emissões —, mas de fomentar transformações sistêmicas que alterem padrões produtivos e modelos de desenvolvimento.

A literatura sobre sustentabilidade organizacional reforça essa abordagem integrada. De acordo com o que já fora exposto anteriormente, John Elkington ao propor o conceito de Triple Bottom Line, defende que o desempenho institucional deve ser avaliado simultaneamente pelas dimensões econômica, ambiental e social, ampliando o escopo da inovação para além dos indicadores financeiros tradicionais.

Entretanto, a orientação predominante dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento evidencia fortes assimetrias.

1. A produção científica e tecnológica ocorre em um campo de disputas, marcado por desigualdades estruturais (Osoegawa; Chaves, 2024).
2. A concentração de recursos tende a direcionar a inovação para objetivos de rentabilidade, frequentemente dissociados das necessidades sociais mais urgentes ou dos limites ecológicos do planeta.

Considerando esse contexto, ganham relevância as tecnologias sociais como alternativa de inovação inclusiva. Tais tecnologias articulam processos educativos, gestão comunitária e valorização de saberes locais, promovendo transformações territoriais orientadas pelo bem viver (Osoegawa; Chaves, 2024). Exemplos incluem:

- Sistemas comunitários de captação de água da chuva
- Práticas agroecológicas urbanas
- Iniciativas de economia solidária

Diferentemente da inovação centrada exclusivamente no mercado, as tecnologias sociais priorizam justiça social, sustentabilidade e fortalecimento de projetos coletivos.

A inovação responsável, portanto, articula dimensões éticas, políticas e técnicas,

alinhando-se às diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Objetivos como o ODS 9, que incentiva infraestrutura resiliente e industrialização sustentável; o ODS 12, que promove padrões responsáveis de produção e consumo; e o ODS 13, que demanda soluções tecnológicas para mitigação e adaptação às mudanças climáticas dependem de sistemas de inovação sustentados por governança democrática, responsabilidade institucional e compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável.



No contexto universitário, essa agenda materializa-se por meio da integração entre pesquisa, ensino e extensão. As instituições de ensino superior podem atuar como espaços de experimentação tecnológica e social, desenvolvendo soluções em eficiência energética e hídrica, economia circular e inclusão sociotécnica.

Um exemplo desse papel é a iniciativa da UFMS com a implantação da **Usina de Hidrogênio Verde**, inaugurada em 2025 na Cidade Universitária em Campo Grande (MS). O projeto produz hidrogênio por meio da eletrólise da água utilizando energia solar, sem emissão de carbono, constituindo uma infraestrutura de pesquisa voltada à transição energética e à formação de profissionais em tecnologias de baixo carbono. Experiências desse tipo evidenciam como universidades podem funcionar como laboratórios vivos (living labs) de inovação sustentável, articulando produção científica, desenvolvimento tecnológico e soluções aplicadas às demandas ambientais contemporâneas. [Saiba mais!](#)

Para que tais iniciativas produzam impactos estruturais, contudo, é imprescindível que estejam inseridas em políticas institucionais consistentes e alinhadas a estratégias de sustentabilidade de longo prazo.

Assim, inovação responsável e tecnologias sustentáveis configuram-se como caminhos estratégicos para o enfrentamento da crise ambiental contemporânea. A efetividade depende da articulação entre políticas públicas, participação e avaliação ética contínua e compromisso institucional com a sustentabilidade. [Saiba mais!](#)

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) está impulsionando práticas agrícolas inovadoras e sustentabilidade para transformar o futuro da produção de alimentos no Brasil e no mundo. [Assista ao vídeo!](#)

Há diversos outros exemplos de inovação responsável e tecnologias sustentáveis. [Assista à reportagem!](#)

Considerações finais

Chegamos ao final deste módulo com a clareza de que a atual crise ambiental não constitui apenas um problema pontual do ecossistema, mas representa uma profunda crise civilizatória que evidencia os limites de um modelo de crescimento historicamente centrado na exploração ilimitada dos recursos naturais e no consumo exponencial. Compreendemos que as dimensões econômica, ambiental e social operam como um sistema interdependente, no qual desequilíbrios em uma esfera inevitavelmente repercutem nas demais. Nesse sentido, torna-se evidente que as respostas institucionais precisam superar de forma definitiva as antigas abordagens fragmentadas e setoriais que, durante décadas, trataram os problemas ambientais de maneira isolada.

A sustentabilidade exige mais do que ajustes superficiais ou medidas paliativas: requer uma redefinição profunda e estrutural das bases do desenvolvimento contemporâneo.

Também ficou evidente que o avanço tecnológico e a busca por eficiência, quando considerados de forma isolada, não são suficientes para enfrentar a complexidade dos desafios atuais. A tecnologia não é neutra; ela expressa valores, interesses e relações de poder presentes na sociedade. Nesse contexto, ganha centralidade o conceito de **inovação responsável**, que não se limita a questionar o que é tecnicamente possível desenvolver, mas propõe uma reflexão ética e estratégica sobre **para quê, para quem e sob quais consequências estamos inovando**. Inovar de forma responsável significa orientar o desenvolvimento científico e tecnológico para soluções que promovam justiça social, mitigação das mudanças climáticas e inclusão sociotécnica, fortalecendo alternativas transformadoras como as tecnologias sociais e outras iniciativas voltadas à sustentabilidade e ao bem comum.

Por fim, este módulo reforça o chamado à **corresponsabilidade coletiva**. O alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 depende de um esforço articulado entre governos, setor produtivo, organizações da sociedade civil e cidadãos. Nesse cenário, as instituições de ensino superior assumem um papel particularmente estratégico, atuando como verdadeiros laboratórios vivos (living labs) de experimentação, produção de conhecimento e transformação cultural. Ao integrar ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional orientados pelos princípios da sustentabilidade, as universidades contribuem para formar profissionais críticos, capazes de desenvolver soluções inovadoras e socialmente responsáveis. Assim, a



sustentabilidade não deve ser compreendida como um estado de equilíbrio estático a ser alcançado e posteriormente mantido, mas como um processo dinâmico de aprendizagem contínua, adaptação institucional e compromisso ético permanente com a sobrevivência e a dignidade das gerações presentes e futuras.

Referências

ALBACH, Camila Aparecida da Silva; MOURA, Reidy Rolim de. Serviço social e desenvolvimento sustentável: reflexões sobre a educação ambiental. In: BRITO, Yáscara Maia Araújo de; BRITO, Higor Costa de (org.). **Desafios contemporâneos em meio ambiente: enfoques sistêmicos e tecnologias emergentes**. Formiga: AM-PLLA, 2025. p. 65–82. Disponível em: <https://link.ufms.br/C5VG8>. Acesso em: 22 fev. 2026.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. Disponível em: <https://link.ufms.br/e2pbX>. Acesso em: 28 fev. 2026.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 5, 2002. Disponível em: <https://link.ufms.br/fPCCR>. Acesso em: 28 fev. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT PR 2030: Ambiental, social e governança (ESG) — Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

BRASIL. [Decreto nº 2.652, de 1º de julho de 1998]. Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 2 jul. 1998. Disponível em: <https://link.ufms.br/9JaGD>. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. [Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017]. Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2017. Disponível em: <https://link.ufms.br/K4ipl>. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Declaração sobre a integridade da informação sobre mudança do clima**. Brasília, DF: SECOM, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/s96Y9>. Acesso em: 21 fev. 2026.

BRITO, Yáscara Maia Araújo de; BRITO, Higor Costa de (org.). **Desafios contemporâneos em meio ambiente: enfoques sistêmicos e tecnologias emergentes**. Formiga: AMPLLA, 2025. Disponível em: <https://link.ufms.br/C5VG8>. Acesso em: 24 fev. 2026.

CABRAL, Raquel; GALVÃO, Thiago Gehre (org.). **Guia Agenda 2030: integrando**

ODS, educação e sociedade. 1. ed. Bauru: Unesp; Brasília: UnB, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/jgV7r>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DA SILVA, Ayame de Oliveira Ferreira; BRUNO, Diego Renan. Produção mais limpa: contribuições da indústria 4.0 para a sustentabilidade: uma análise crítica. **Revista Interface Tecnológica**, Taquaritinga, v. 20, n. 2, p. 634–644, 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/z03zn>. Acesso em: 19 fev. 2026.

FONSECA, Rodrigo Rodrigues da. A sustentabilidade e a economia verde como desafios tecnológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 93, p. 127–136, 2012. Disponível em: <https://link.ufms.br/fpn3x>. Acesso em: 19 fev. 2026.

GLASENAPP, M. C.; CRUZ, P. M. Governança e sustentabilidade: constituindo novos paradigmas na pós-modernidade. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 40, n. 132, 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/V2Tvv>. Acesso em: 20 fev. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/y6K3A>. Acesso em: 21 fev. 2026.

JÄRVELÄ, Marja. Dimensions of cultural sustainability — Local adaptation, adaptive capacity and social resilience. **Frontiers in Political Science**, [s. l.], v. 5, p. 1285602, 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/UazjR>. Acesso em: 18 fev. 2026.

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? **Revista Brasileira de Estudos de População**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 433-460, set./dez. 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/o6EjU>. Acesso em: 18 fev. 2026.

MOURA-LEITE, R. C. Abordagem integral institucional da sustentabilidade nas instituições de ensino superior. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 28, p. 34-37, 2023. Disponível em: <https://link.ufms.br/9eSDo>. Acesso em: 8 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda 2030.** [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://link.ufms.br/DM-zhN>. Acesso em: 12 set. 2025.

OSOEGAWA, Diego Ken; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Inovações e tecnologias sociais: bases conceituais e princípios epistemológicos para a sustentabilidade e bem-viver. **Revista Videre**, Dourados, v. 16, n. 34, p. 53–79, 2024. Disponível em: <https://link.ufms.br/asRpA>. Acesso em: 21 fev. 2026.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização de Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. ISBN 858643535X.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 12, n. 33, 2014. Disponível em: <https://link.ufms.br/PrcvY>. Acesso em: 17 fev. 2026.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os Desafios da Nação. In: **Desafios da Nação**. Brasília: Ipea, 2018. v. 2. Disponível em: <https://link.ufms.br/3YfSS>. Acesso em: 24 fev. 2026.

STILGOE, Jack; OWEN, Richard; MACNAGHTEN, Phil. Developing a framework for responsible innovation. **Research Policy**, [s. l.], v. 42, n. 9, p. 1568–1580, 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/Q9kgX>. Acesso em: 17 fev. 2026.

TEIXEIRA, I.; TONI, A. A crise ambiental-climática e os desafios da contemporaneidade: o Brasil e sua política ambiental. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 71–93, 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/ubNYA>. Acesso em: 15 fev. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Global Mutirão: Uniting humanity in a global mobilization against climate change**. Bonn: UNFCCC, 2025b. (Documento CMA/2025/L.24). Disponível em: <https://link.ufms.br/bqXwH>. Acesso em: 19 fev. 2026.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **United Arab Emirates just transition work programme: Draft conclusions proposed by the Chairs**. Bonn: UNFCCC, 2025a. (Documento CMA/2025/L.14). Disponível em: <https://link.ufms.br/SdAPP>. Acesso em: 19 fev. 2026.



Reflexão Final

Chegamos ao final da nossa disciplina. Aqui você aprendeu que vida, cidadania, mundo do trabalho e sustentabilidade não são assuntos separados, mas estão conectados entre si perpassando nossas trajetórias pessoais, formativas e profissionais. Nesse contexto, nossa atitude como protagonistas é fundamental para a construção de uma sociedade e Universidade cada dia melhor.

Vimos que o estabelecimento de uma visão crítica depende do reconhecimento dos desafios, mas requer também a aquisição de competências socioemocionais que permitam a superação das desigualdades rumo à valorização das identidades, da diversidade e da inclusão. A Universidade vem propondo diversas ações nesse sentido e somos chamados a despertar nossa **autonomia, protagonismo e responsabilidade**.

Não existe cidadania sem inclusão, assim como não existe desenvolvimento sem sustentabilidade. É essa interdependência que nos convida a nos posicionarmos e termos atitudes éticas, conscientes e engajadas, seja em nosso percurso na Universidade ou em nosso futuro exercício profissional.

Agora que você já conhece suas competências socioemocionais, já exercitou seu protagonismo e está consciente de sua responsabilidade na construção do futuro, que tal conversar com seus colegas, integrar os programas e projetos da universidade e propor ações que influenciem positivamente seu cotidiano?

O trabalho é coletivo, mas o primeiro passo é seu.

Vamos nessa!



NÚCLEO DE
FORMAÇÃO CIDADÃ
UFMS



INOVADORA
SUSTENTÁVEL
HUMANA